



UC/FPCE_2011

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Representações sociais de pais sobre abuso sexual de crianças: Estudo exploratório

Vanessa Mendes (e-mail:vanessa.j.meireles@gmail.com)

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e Saúde, sub-área de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Alberto

Este trabalho é dedicado a todas as crianças vítimas de abuso sexual e a todos os pais que cumprem o seu difícil dever de dar amor, de proteger e de apoiar, independentemente de todos os obstáculos, os pequenos seres a quem, sem autorização, foi roubada a inocência.

Representações sociais de pais sobre abuso sexual de crianças: Estudo exploratório

Resumo

O abuso sexual de crianças é uma temática cada vez mais actual e corresponde a uma das questões mais complexas com as quais psicólogos e outros profissionais se confrontam. Este estudo visa identificar as representações sociais que uma amostra de pais tem sobre o abuso sexual de crianças. Adicionalmente, procurou conhecer-se as suas atribuições acerca de factores facilitadores, de manutenção e de resolução do abuso sexual e apurar a influência de variáveis sócio-demográficas e características inerentes à própria situação de abuso, nomeadamente o género e a idade do agressor e da vítima e a relação entre eles. Os 124 pais que participaram nesta investigação responderam a três instrumentos de auto-resposta: o Questionário de Abuso Sexual em Crianças – Histórias, o Questionário sobre Abuso Sexual de Crianças – factores desencadeadores, de manutenção e de resolução e a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual. De uma forma global, verifica-se que os pais não tendem a subscrever crenças legitimadoras do abuso sexual de crianças. Por outro lado, persiste a dificuldade em conceptualizar a mulher enquanto abusadora sexual. As principais diferenças encontradas dizem respeito ao género, uma vez que os homens apresentam maior grau de legitimação do abuso sexual comparativamente às mulheres.

Palavras chave: abuso sexual de crianças, representações sociais, pais.

Parents's social representations about child sexual abuse: Exploratory study

Abstract

Child sexual abuse is an increasingly topical and it is one of the most complex issues which psychologist and other professionals struggle with. This study aims to identify parent's social representations about child sexual abuse. Additionally, it pretends to explore parent's attributions about initiation, maintenance and resolution factors inherent to a child sexual abuse situation and to analyze the influence of socio-demographic variables and child sexual abuse characteristics, as perpetrator's age and gender, victim's age and gender and the relationship between them. The 124 parents that integrate this investigation completed three self-reported questionnaires: The Questionnaire of Child Sexual Abuse – Stories, The Questionnaire of Child Sexual Abuse – instigation, continuation and resolution factors and the Sexual Abuse Belief's Scale. Globally, parents don't subscribe beliefs that legitimate child sexual abuse. In another hand, it is still difficult for people to conceptualize women as sexual abusers. Main differences are related to gender, once man are more legitimating about child sexual abuse than woman.

Key Words: child sexual abuse, social representations, parents.

Agradecimentos

Este espaço é dedicado a todas as pessoas que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para que a realização desta tese fosse possível e a todos os que potenciaram a minha aprendizagem enquanto aluna e pessoa.

Primeiramente, gostaria de agradecer à professora Madalena Alarcão pois, apesar das limitações decorrentes das alterações deste ano lectivo, encontrou tempo e disponibilidade para se dedicar à minha tese. Obrigada por todas as dúvidas esclarecidas, pelas palavras de incentivo e, principalmente, obrigada pela brilhante capacidade de efectivamente orientar.

Gostaria também de agradecer à Dr.^a. Sofia Major pelo seu precioso auxílio no tratamento de dados e por estar sempre disponível para as nossas dúvidas. Obrigado também à professora Isabel Alberto por ter encontrado disponibilidade para assumir a orientação desta dissertação, num ano lectivo que exigiu um esforço maior de todos.

Deixo aqui também uma palavra de agradecimento a todos os professores que participaram na minha formação, pois este último ano lectivo, em geral, e a tese, em particular, remetem para uma constelação de aprendizagens que vão muito além do tema escolhido para a dissertação. Um obrigado especial ao professor Joaquim Pires Valentim, pelo auxílio no planeamento desta tese e por toda a disponibilidade que revelou ao longo deste período.

Devo um enorme agradecimento aos meus amigos, pois sem eles a recolha da amostra teria sido bem mais difícil e bem mais demorada. Agradeço-lhes também por todos os momentos em que me possibilitaram conviver, desabafar e reflectir. Fico também eternamente grata à minha família e, particularmente à minha mãe, pois é ela que, desde sempre, potencia o meu desenvolvimento pessoal e me abre o caminho para que possa cumprir os meus objectivos.

Finalmente, gostaria de agradecer a todos os pais que participaram neste estudo, pois sem a sua disponibilidade e colaboração, esta investigação seria inviabilizada.

Índice

Introdução	1
<i>I – Enquadramento conceptual</i>	2
1.1 - Abuso sexual	2
1.1.1 – Conceito	2
1.1.2 - Incidência	4
1.1.3 – Características do agressor	5
1.1.4 - Características da vítima	5
1.1.5 - Natureza da relação entre vítima e agressor	6
1.1.6 – Práticas e estratégias inerentes ao abuso sexual de menores	7
1.1.7 – Factores de risco e impacto do abuso sexual	7
1.2 – Representações Sociais	8
1.2.1 - O conceito de representações sociais e as suas implicações no comportamento	8
1.3 - Representações sociais e abuso sexual de menores	9
1.3.1 - Mitos, ideias e crenças erradas	9
1.3.2 - Investigações relevantes	11
<i>II – Estudo empírico</i>	14
2.1 - Objectivos	14
2.2 - Metodologia	15
2.2.1 - Descrição da Amostra	15
2.2.2 – Instrumentos utilizados	16
2.2.2.1 - Questionário de Abuso Sexual em Crianças – História	17
2.2.2.2 - Questionário sobre Abuso sexual de Crianças – Factores Desencadeadores, Manutenção e Resolução	18
2.2.2.3 - Escala de Crenças sobre Abuso Sexual	19
2.2.3 - Procedimentos estatísticos	22
2.3 - Apresentação dos resultados	22
2.3.1 - Questionário de Abuso Sexual em Crianças – Histórias	22
2.3.2 - O Questionário sobre Abuso sexual de Crianças – Factores Desencadeadores, Manutenção e Resolução	23
2.3.3 - Escala de Crenças sobre Abuso Sexual	24
2.3.4- Influência das variáveis sócio-demográficas	25
2.4 – Discussão dos resultados	28
Conclusões	36
Bibliografia	37
ANEXOS	43

Introdução

As reformas liberais, dos anos 60 e 70, permitiram uma maior abertura relativamente à temática da sexualidade, passando a ser possível um maior diálogo acerca das experiências sexuais, em geral, e das experiências infantis negativas, em particular (Fávero, 2003). A partir da década de 70, numerosos estudos e investigações, assim como várias reuniões científicas e debates sobre o tema do abuso sexual de menores, começaram a tomar forma (Finkelhor, 1984). Em Portugal, Fávero (2003) verificou que o tema do abuso sexual de menores começou a ganhar um maior protagonismo devido aos crimes de pedofilia na Bélgica. O escândalo da Casa Pia reforçou, a partir de 2004, o olhar português sobre esta temática, tendo, claramente, inscrito o abuso sexual de menores como um problema de interesse e preocupação pública.

A produção científica permitiu esclarecer a transversalidade e complexidade deste fenómeno, na medida em que revelou que o abuso sexual não acontece a um tipo particular de pessoas, nem num contexto específico. Pelo contrário, os seus protagonistas não têm um rosto definido e as circunstâncias em torno deste fenómeno são múltiplas. Atendendo a esta complexidade, os estudos empíricos mais recentes promovem uma abordagem mais lata e abrangente para a compreensão desta problemática (Alberto, 2002). O modelo ecológico indica três grandes grupos de factores¹ que interagem e se influenciam reciprocamente: o *microsistema*, o *exossistema* e o *macrossistema*, sendo que é neste último que se incluem as representações sociais (Alberto, 2002). Com efeito, muito do conhecimento a respeito do abuso sexual de menores resulta de uma combinação entre a produção científica, as conversas sociais e a informação transmitida pelos meios de comunicação (Warner, 2000, como citado em Turton, 2008). A forma como as leis são definidas, os crimes são denunciados e a informação é divulgada é influenciada pelas representações sociais acerca das questões de sexualidade e género, assim como das concepções existentes acerca da criança, da infância e da família (Warner, 2001, como citado em Turton, 2008).

¹ O *microsistema* engloba o contexto familiar; o *exossistema*, remete para a comunidade envolvente, as relações laborais, de poder e autoridade e o *macrossistema*, inclui a cultura e o sistema de valores (Bronfenbrenner, 1979, como citado em Alberto, 2002).

Este estudo, situado no cruzamento entre psicologia social e psicologia forense, coloca o abuso sexual de menores como um problema público, da responsabilidade de todos. A sociedade deve estar ciente da sua existência, por um lado, e das suas características, por outro. Desmistificar o fenómeno, para que ele possa emergir do secretismo e ser confrontado e debatido publicamente, torna-se uma exigência permanente. Procura-se assim, na primeira parte desta dissertação, apresentar sumariamente o *estado da arte* relativamente ao tema do abuso sexual de menores e das representações sociais, reflectir sobre os discursos do senso comum a propósito desta problemática e expor as investigações relevantes para o seu estudo. Numa segunda parte, apresenta-se a investigação que visa identificar as representações sociais de pais sobre o abuso sexual de crianças. Mais especificamente, procura explorar as dimensões mais susceptíveis de serem aceites ou assumidas como abusivas e as atribuições que fazem sobre os factores facilitadores, de manutenção e de resolução do abuso sexual.

Estudar as representações sociais de pais acerca do abuso sexual de menores é particularmente importante, pois falamos de crianças que, muitas vezes, não dispõem de outros referenciais que não sejam os seus próprios pais (Machado & Gonçalves, 1999), sendo que os mesmos assumem um papel de relevo na denúncia ou na possível existência de vitimização secundária. Conhecer as ideias que os pais alimentam em torno desta problemática é também fundamental no âmbito da prevenção, uma vez que esta não deve focar-se apenas na criança, mas em todos os contextos em que está inserida (Maria, 2007).

I – Enquadramento conceptual

1.1 - Abuso sexual

1.1.1 – Conceito

Segundo Fávero (2003) e Machado (2002) são múltiplas e variadas as definições relativas ao abuso sexual de menores. Esta heterogeneidade forma-se em torno de várias questões, nomeadamente, que comportamentos são considerados abusivos, quais os limites entre relações afectivas e

abusivas, quais são as características da vítima e do agressor² e qual é o impacto do abuso. Operacionalizar este conceito remete para uma tarefa complexa, uma vez que ele está vinculado a pressupostos culturais que ditam o que em cada grupo é aceitável e normal e o que é punível e patológico (Alberto, 2004).

No cenário legal português, o abuso sexual de crianças está enquadrado na secção de crimes contra a autodeterminação sexual. Este enquadramento sublinha que o abuso sexual é, acima de tudo, “uma situação de abuso do diferencial de poder existente entre um adulto e um menor que, devido à sua imaturidade, é incapaz de se autodeterminar” (Machado, 2002, p. 2). O artigo 171º do Código Penal (Antunes, 2010) refere que é acusado de abuso sexual de crianças “quem praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos”. A definição legal considera como actos de relevo a cópula, o coito anal ou oral e introdução anal ou vaginal de partes do corpo ou objectos. No entanto, é igualmente considerado crime actuar sobre o menor por meio de conversa, de escrita, de espectáculo ou de objectos pornográficos assim como através de práticas de carácter exibicionista ou ainda da utilização de crianças em fotografia, filme ou gravação de cariz pornográfico. O facto de não se considerar abuso sexual de menores apenas os comportamentos que implicam contacto físico com a criança é consonante com a opinião de vários outros autores (e.g. Finkelhor, 1984; Turton, 2008).

Neste documento legal estão também incluídos artigos especificamente referentes a abuso sexual de menores dependentes³, actos sexuais com adolescentes⁴, prostituição⁵, lenocínio e pornografia de menores.

Na perspectiva da vítima, o maltrato infantil, em geral, e o abuso sexual, em particular, são vistos como “o seu destino” (Alberto, 2008, p.114), pois consideram que merecem ser tratadas daquela forma e sentem-se impotentes perante a situação abusiva. É frequente as crianças acreditarem que a origem do problema está relacionada com as suas

² Nomeadamente, a diferença de idade que deve existir entre a vítima e o agressor e o limite de idade para uma criança/adolescente ser considerada vítima de abuso sexual (Fávero, 2003).

³Aqui incluem-se menores com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos.

⁴Aqui incluem-se menores com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos.

⁵Aqui incluem-se menores com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos.

características pessoais, carregando um sentimento de culpa indevido e acentuado pelos discursos sociais que a responsabilizam pelo abuso (Alberto, 2008).

Os adultos que abusam de crianças têm tendência para referir o comportamento sedutor da vítima e para justificar a conduta abusiva como consequência do consumo de drogas ou álcool ou de alterações do seu estado de humor. É comum referirem uma história pessoal de vitimação na sua própria infância (Alberto, 2008).

Numa perspectiva científica, actualmente; rejeitam-se explicações unifactoriais, preconizando-se uma leitura sistémica/ecológica do abuso sexual. Com efeito, é enfatizada a articulação de múltiplos factores, ligados a diferentes sistemas, de forma a não fazer leituras reducionistas e demasiado simplistas de uma problemática tão complexa (Alberto, 2002; 2008).

1.1.2 - Incidência

Conhecer a incidência do abuso sexual remete para uma tarefa particularmente difícil, principalmente pelo secretismo que envolve esta temática (Furniss, 1992). Nas palavras de Machado (2002, p.3), o abuso sexual de menores é *“talvez o mais silenciado de todos os crimes”*.

Em Portugal, à semelhança de outros países, não existem estimativas que proporcionem uma visão exacta da dimensão do fenómeno (Alberto, 2000; Maria 2007). De acordo com as estatísticas da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) referentes aos casos atendidos em 2010, o abuso sexual de crianças representou 25.9% do total dos crimes contra as pessoas e a humanidade (APAV, 2011). Segundo dados do Ministério Público, entre 2002 e 2008, foram instaurados 8529 inquéritos por queixas relativas a crimes de abuso sexual de menores. No mesmo período, os tribunais levaram a julgamento 1489 processos e 1110 pedófilos foram condenados (Costa, 2010). Segundo as estatísticas oficiais do Ministério da Justiça, em 2006, nos tribunais da 1ª instância, foram constituídos 226 arguidos acusados de crime de abuso sexual de menores. Destes arguidos, 161 foram condenados, sendo que a 88 foi aplicada pena suspensa e a 70 pena de prisão.

1.1.3 – Características do agressor

Relativamente ao sexo, a grande maioria dos estudos identifica o agressor como sendo um homem (e.g. Carvalho, 2002; Finkelhor, 1984), independentemente do sexo da vítima (Wolfe, Wolfe, & Best, 1988, como citado em Machado, 2002). Contudo, é preciso ressaltar que estes dados não significam que as mulheres não sejam agressoras sexuais. A revisão de Bunting (2005, como citado em Turton, 2008) sugere que 5% de todos os abusos são praticados por mulheres, enquanto Wolfe e Birt (1997) afirmam que, entre 3 a 13% dos casos, o abuso é cometido por mulheres, muitas vezes em conjunto com agressores do sexo masculino. Finkelhor (1984) considera que a baixa prevalência de mulheres em numerosos estudos revisados pode dever-se a vários factores, nomeadamente ao facto de as vítimas terem dificuldade em conotar o abuso perpetrado pelas mulheres como uma experiência abusiva, pois inscrevem tais comportamentos no quadro das relações afectivas familiares e porque os rapazes denunciam menos este tipo de comportamentos do que as raparigas.

A idade dos agressores apresenta alguma variabilidade consoante os estudos. Finkelhor (1984) constatou que a idade do agressor situa-se entre os 30 e os 40 anos; resultados semelhantes aos que Moura obteve em 1998 (26-45 anos). No estudo exploratório de Soeiro (2009), em que foram analisados 131 casos de abuso sexual de menores ocorridos entre 2000 e 2007 em Portugal, a idade média foi 41 anos, sendo que o grupo mais representado corresponde a indivíduos com mais de 55 anos. Estes dados não significam que não existam agressores mais velhos e mais jovens (Carmo, Alberto, & Guerra, 2006). Com efeito, a revisão de Jonson-Reid e Way (2001) concluiu que, entre 23 a 26% dos casos de abuso sexual, o agressor é um adolescente.

1.1.4 - Características da vítima

As crianças de todas as idades, de ambos os sexos e de todos os meios, estão em risco de serem vítimas de abuso sexual. Em Portugal, no estudo de Carvalho (2002), a faixa etária mais comum foi a dos 11-14 anos (79,2%) e no estudo de Almeida, André e Almeida (2001) foi a dos 10-14 e a dos 4-9 anos. Finkelhor (1984), contudo, constatou que um quarto dos abusos da sua amostra ocorreu antes dos sete anos. Também num estudo sobre 1101 casos julgados, a idade média das vítimas foi de 7 anos nos casos

de abuso intrafamiliar e de 10 anos; nos casos de abuso extrafamiliar (Fisher & McDonald, 1998, como citado em Machado, 2002). Regra geral, o abuso tem tendência para terminar na adolescência devido à maior capacidade de resistência e denúncia da criança, maior desenvolvimento cognitivo, existência de mais informações acerca da sexualidade, medo da gravidez ou emergência de sintomas que conseguem por termo ou expor a situação abusiva (Wolfe & Birt, 1997).

Relativamente ao sexo da vítima, a maioria dos estudos aponta as raparigas como as vítimas mais frequentes. Finkelhor (1984) indica um terço a um quarto dos rapazes como vítimas deste tipo de crimes. No estudo de Soeiro (2009), 27.5% dos casos remetiam para vítimas do sexo masculino. De acordo com a revisão de Fávero (2003), os estudos falam de uma percentagem entre os 10 e os 20% de vítimas rapazes.

Ao nível da zona de residência e classe social das vítimas, a revisão levada a cabo por Fávero (2003) permite concluir que tanto as zonas urbanas como as rurais estão representadas nos estudos e que o abuso sexual é transversal a todas as classes sociais e culturais.

1.1.5 - Natureza da relação entre vítima e agressor

O abuso sexual pode ser considerado intra ou extra-familiar, atendendo à relação entre o agressor e a vítima (Wolfe & Birt, 1997). De acordo com Machado (2002), na maior parte dos casos, o agressor é alguém próximo da criança. A revisão de Wolfe e Birt (1997) indica que apenas 10 a 30% das vítimas são abusadas por desconhecidos, aproximadamente 40% são-no por pessoas conhecidas ou próximas e os restantes 30 a 50% por elementos da própria família. O estudo de Costa (1990, como citado em Fávero, 2003), realizado no Instituto de Medicina Legal em Portugal, apresenta 84.8% dos agressores como pessoas conhecidas, sendo que em 14% dos casos o abusador é o pai, 25.3% outros parentes e nos restantes 45.6% dos casos pessoas conhecidas não familiares. De acordo com Fávero (2003), o facto de uma grande percentagem dos abusos ser perpetrada por pessoas conhecidas e próximas da criança dificulta a intervenção e a prevenção. Contrariamente a estes dados, o estudo de Carvalho (2002) concluiu que apenas 14% dos casos que chegaram à delegação de Bragança do Instituto de Medicina Legal eram praticados por um familiar da criança.

1.1.6 – Práticas e estratégias inerentes ao abuso sexual de menores

O agressor pode socorrer-se da pressão, engano, controlo, ameaças de violência física ou uso de armas, surpresa, entre outras estratégias (Fávero, 2003; Moura, 1998). No estudo português de Oliveira e Santos (1993, como citado em Fávero, 2003) 30% de casos reportaram-se à existência de carícias sexuais, 22% a coito vaginal, 14% a coito anal, 17% a sexo oral, 8% a exibicionismo e 3% a pornografia. Autores, como Conte (1991, como citado em Fávero, 2003), referem que em 80% dos casos, num único contacto abusivo, co-existe uma vasta gama de comportamentos que vão desde as carícias à penetração.

1.1.7 – Factores de risco e impacto do abuso sexual

Embora não exista um retrato preciso de quem são as vítimas e os agressores, nem dos contornos exactos do contexto em que o abuso ocorre, Finkelhor (1984) salienta alguns factores que parecem aumentar o risco de uma criança ser vítima de abuso sexual: existência de padrasto, baixa escolaridade da mãe, fraca ligação afectiva entre mãe e filho, comportamento punitivo da mãe face a comportamentos sexuais do filho, fraca relação afectiva e emocional do pai relativamente ao filho e criança com um número reduzido de amigos.

As consequências do abuso sexual, descritas na literatura, não correspondem a uma constelação específica de sintomas; pelo contrário, são semelhantes aquelas que são encontradas noutros quadros de maltrato infantil. De acordo com Alberto (2000), a literatura tem apontado um conjunto relativamente consistente de sintomas, geralmente associados à PTSD (perturbação pós-stress traumático), como perturbações de sono, medo, ansiedade, irritabilidade, revivência e pensamentos intrusivos face ao abuso sexual. Quanto aos efeitos a longo-prazo, salientam-se a depressão, ansiedade, falta de confiança no outro, prostituição, abuso de álcool e drogas, problemas somáticos, isolamento, disfunções sexuais e dificuldades escolares. Além disso, o abuso sexual relaciona-se também com comportamentos anti-sociais, como fugas de casa, agressão (frequentemente auto-dirigida), hostilidade, impulsividade e delinquência. As crianças abusadas podem apresentar uma grande variabilidade de sintomas, reflectindo diferenças individuais, assim como a presença ou ausência de

inúmeros factores que podem atenuar ou exacerbar o impacto do abuso (Wolfe & Birt, 1997). No estudo de Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993) verificou-se que entre 20 a 50% das vítimas não apresenta sintomatologia. O agressor ser ou não familiar, ter ou não recorrido ao uso de violência e ameaças, o tipo de abuso, a continuidade ou não da situação, o tipo de vínculo mãe-filho e o suporte comunitário dado à criança antes, durante e após a revelação do abuso constituem-se como algumas das variáveis mediadoras dos efeitos do abuso sexual (Alberto, 2000; Furniss, 1992; Wolf & Birt, 1997).

1.2 – Representações Sociais

1.2.1 - O conceito de representações sociais e as suas implicações no comportamento

A noção de representação colectiva proposta, em 1898, por Durkheim teve de esperar mais de meio século para ser retomada por Moscovici em 1961, sob o conceito de representação social. Na sua obra *La Psychanalyse, son Image et son Publique* (1961), Serge Moscovici, reformula e moderniza o conceito proposto por Dukheim, abrindo portas para que as representações sociais se constituam como um novo campo de estudo em psicologia social (Valentim, 2003). De acordo com Arruda (2002), a definição de representações sociais que reúne mais consenso é a de Jodelet (1989, p.36), considerando-as como “*une forme de connaissance, socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d’une réalité commune à un ensemble social*”. O estudo das representações sociais envolve o estudo da sociedade e a teoria das representações sociais procura explicar o que conecta as pessoas enquanto grupo ou sociedade e o que as faz agir em conjunto.

As representações sociais encontram a sua origem nos indivíduos, não tomados de forma isolada, mas sim no decurso de interacções, sendo que a comunicação e a linguagem assumem um papel primordial (Arruda, 2002; Palmonari & Doise, 1986). Citando Moscovici (1984, p.12) “*All human interactions, whether they arise between two individuals, or between two groups, presuppose such representations*”.

Na concepção de Deaux e Philogène (2001), as representações sociais assumem uma dupla vertente. Primeiro, são produto do pensamento social,

das crenças estruturadas e conhecimentos acerca de fenómenos relevantes para a sociedade. Segundo, são processos através dos quais se constrói a realidade. Desta forma, as representações sociais assumem um papel preponderante não apenas na reprodução mas também na produção da realidade (Valentim, 2003).

As representações sociais, enquanto *teorias sociais práticas*, agem como sistemas de interpretação que regulam a relação com os outros e guiam o comportamento nas mais variadas situações do quotidiano (Cabecinhas, 2004 ; Moscovici, 2001; Vala, 2006). Assumem um papel de relevo na difusão e assimilação de conhecimentos, no processo de tomada de decisão, na construção e manutenção de identidades pessoais e sociais, no comportamento intra e intergrupar, nas acções de resistência e na mudança social (Cabecinhas, 2004; Moscovici, 2001). Como mecanismos sócio-psicológicos, elas moldam as crenças, ideias, atitudes e opiniões, correspondendo a um modo de pensamento permanentemente ligado à acção, ao comportamento individual e colectivo (Deaux & Philogène, 2001; Herzilch, 2005). As representações sociais assumem uma função marcadamente pragmática e utilitária, pois permitem tornar o não-familiar conhecido e possibilitam atribuir um significado ao mundo e compreender os outros (Arruda, 2002; Deaux & Philogène, 2001 Valentim, 2003).

1.3 - Representações sociais e abuso sexual de menores

1.3.1 - Mitos, ideias e crenças erradas

Apesar de todo o conhecimento científico produzido, ainda prevalecem muitos mitos, falsas crenças e ideias erradas acerca do abuso sexual de crianças. Relativamente ao agressor, o mais frequente e mais citado na literatura é o de que ele corresponde ao perfil do *Dirty Old Man*, ou seja, que o abuso é perpetuado, na grande maioria das vezes, por estranhos que são agressivos, senis e doentes mentais (Alberto, 2004). Segundo Turton (2008), acreditar que os agressores são estranhos permite manter a estrutura familiar e confirmar o poder e o controlo dos pais.

Quanto às estratégias utilizadas pelo agressor, predomina a crença de que o abuso sexual vem sempre acompanhado de violência física. Contudo, sabe-se que as estratégias podem ir desde a sedução até à manipulação ou à

coerção, mas não implicam necessariamente o uso da força física (Fávero, 2003). Este é, aliás, um dos aspectos que mais dificulta a identificação e a comprovação da veracidade do abuso.

Uma das falsas crenças associada à vítima quando esta é criança, é pensar que quando conta ou denuncia o abuso, ela está a mentir ou a fantasiar (Fávero, 2003). Todavia, vários autores partilham a ideia de que as falsas denúncias por parte das crianças são infrequentes (e.g. Faller, 1984). Outra ideia errada é a de que o abuso sexual só ocorre com meninas. Embora as raparigas sejam, com mais frequência, as vítimas deste tipo de crime; há vários estudos que mostram que os rapazes também são vítimas de abuso sexual (e.g. Finkelhor, 1984). A opinião pública considera que, muitas vezes, a iniciativa parte deles e que os efeitos nos rapazes são menores e menos severos, o que não corresponde à realidade (Alberto, 2004; Finkelhor, 1984). Existe também a ideia errada de que os menores podem ser, por vezes, considerados culpados pela sua vitimização (Fávero, 2003). Independentemente da reacção do menor ao comportamento de abuso sexual (se tomou a iniciativa, se resistiu ou se colaborou), ele não deve ser responsabilizado, uma vez que o abuso sexual de menores envolve um acto de desigualdade de poder e autoridade, no qual o menor se encontra em posição *one-down*. Um dado bem consolidado na literatura (e.g. Graham, Rogers, & Davies, 2007) é que qualquer forma de culpabilização da criança vítima de abuso sexual se constitui como uma forma de vitimização secundária. Outra ideia que prevalece relativamente às vítimas é que as crianças podem aprender a proteger-se, com êxito, do abuso sexual (Fávero, 2003). Esta mensagem tem sido difundida através de programas de prevenção, embora seja importante não esquecer que é o agressor que tem a responsabilidade de inibir os seus impulsos sexuais face às crianças e não é esta que tem a obrigação de defender-se do abuso (Fávero, 2003).

Uma falsa crença muito frequente é a de que quando a mãe toma conhecimento de que o seu filho(a) foi sexualmente abusado, denuncia a situação. Isto nem sempre acontece e, de acordo com Fávero (2003), as mães, muitas vezes, silenciam o abuso dos filhos. Quando o abuso ocorre no contexto intra-familiar o problema complexifica-se e podem ser várias as razões que levam uma progenitora a guardar segredo, nomeadamente, a dependência financeira e afectiva, o evitar a exposição da criança ou a prisão

do abusador, entre outras (Fávero, 2003).

1.3.2 - Investigações relevantes

Na revisão efectuada por Simarra, Paúl e San Juan (2002), verifica-se que o abuso sexual é considerado como a forma mais grave de maltrato infantil. O estudo de Graham e col. (2007), com uma amostra da comunidade, revela que, de uma forma geral, os respondentes perspectivam todos os comportamentos de abuso como sendo graves, apesar de qualificarem os comportamentos que envolvem penetração como sendo mais graves do que os que não envolvem.

Finkelhor (1984), num estudo com 521 pais da cidade de Boston, concluiu que, globalmente, esta amostra estava bem informada a respeito do problema do abuso sexual. Efectivamente, os participantes classificaram este fenómeno como uma experiência que afecta as crianças, acreditando que ocorria mais vezes do que aquilo que as estatísticas mostravam. Estavam cientes que o abuso sexual afecta rapazes e raparigas; os agressores podem ser pessoas conhecidas da criança; as crianças mais novas também estão em risco; não envolve necessariamente penetração; as crianças nem sempre denunciam a situação de abuso e o agressor não recorre sempre ao uso da força. Contudo, a maioria dos participantes continuava a acreditar que, na maior parte dos casos, o abusador é um estranho. Esta investigação mostrou também que a maioria das pessoas considerava que o agressor é um doente mental. Ainda relativamente às características do agressor, Wurtele, Kyatemick e Franklin (1992, como citado em Fuselier, Durham, & Wurtele, 2002) constataram que 90% dos pais preveniam os seus filhos em relação a estranhos, enquanto apenas 35% explicava às crianças que podiam ser vítimas de abuso por parte de algum familiar. Adicionalmente, no estudo de Conte e Fogarty (1989, como citado em Fuselier e col., 2002) constatou-se que um terço dos pais que constituíam a amostra acreditava que os abusadores são pessoas solteiras, imaturas e desadaptadas socialmente. Quanto ao mito do *Dirty Old Man*, este foi subscrito por 20% dos respondentes do estudo de Morison e Greene (1992, como citado em Fuselier e col., 2002).

No que concerne à revelação do abuso, a investigação de Almeida e col. (2001) mostra que a própria criança raramente denuncia o maltrato de

que é vítima (6%). Segundo Graham e col. (2007), quando a criança revela a situação, os pais, quando não abusadores, tendem a acreditar e a apoiar-la. De acordo com Hershkowitz, Lanes e Lamb (2007), esta reacção de suporte tem mais probabilidade de ocorrer quando a criança revela uma situação de abuso em que o agressor é um estranho.

No que diz respeito à atribuição de culpa, as pessoas, regra geral, assumem uma atitude pró-vítima, culpando mais o agressor do que a vítima pelo crime (e.g. Graham e col., 2007). Todavia, as vítimas são, por vezes, vistas como parcialmente culpadas pela sua vitimização (Rogers, Titterington, & Davies, 2009; Rubin & Thelen, 1996). Na investigação de Rubin e Thelen (2006), verificou-se que quanto mais escolarizados eram os sujeitos, menor era a atribuição de culpa à vítima. Finkelhor e Redfield (1984) verificaram que, quando a vítima era um adolescente, a interacção era considerada como menos abusiva, os adolescentes eram mais culpabilizados do que as crianças pré-púberes e era atribuída menos responsabilidade ao adulto abusador. Atendendo ao género dos respondentes, os estudos sugerem que os homens têm mais tendência para culpar a vítima, percebem os agressores como menos responsáveis e consideram o abuso menos sério comparativamente às mulheres (Broussard, Wagner, & Kazelkis, 1991; Finkelhor & Redfield, 1984; Rogers e col. 2009; Rubin & Thelen, 1996; Smith, Fromuth, & Morris, 1997). Segundo Rubin e Thelen (1996), uma das razões pelas quais os homens tendem a atribuir mais culpa à vítima é o facto de acreditarem que elas encorajaram a situação de alguma forma. Relativamente à atribuição de culpa, as diferenças de género são explicadas por Graham e col. (2007) através da hipótese da atribuição defensiva de Shaver (1970). De acordo com os autores, as pessoas, por identificação, são naturalmente motivadas a adoptarem uma posição defensiva face à possibilidade de algo negativo lhes acontecer. Mas se um acontecimento negativo efectivamente ocorrer, procuram salvaguardar a sua auto-estima, evitando poderem ser consideradas responsáveis por ele. O elemento base desta motivação reside no quanto o observador percebe a vítima ou o contexto como tendo características similares às suas. Uma vítima que não tenha características similares tem mais probabilidade de ser vista como culpada pelo acontecimento, pois os sujeitos alimentam o desejo de acreditar que, num mesmo contexto, eles teriam agido de forma diferente, tendo

evitado o ataque. Pelo contrário, uma vítima com características similares tem menor probabilidade de ser considerada culpada, pois os observadores também procuram evitar a atribuição de culpa num acontecimento idêntico.

Ainda quanto à atribuição de culpa, o estudo de Graham e col. (2007) revela que, por vezes, a família da vítima é considerada como moderadamente culpada pelo abuso, principalmente em casos onde este não envolve contacto físico. Neste tópico e, segundo os autores, os homens têm tendência a culpar mais os pais não-abusadores, comparativamente às mulheres. Adicionalmente, o estudo de Rubin e Thelen (1996) mostra que os homens tendem a perspectivar a vítima como menos credível do que as mulheres. Em Portugal, o estudo de Machado, Gonçalves e Matos (2000, como citado em Almeida, 2003), utilizando a E.C.A.S. (Escala de Crenças acerca do Abuso Sexual) e o de Fazenda (2010), com o QCASC-HIS, o QCSA-FMR e a ECAS, verificaram que os sujeitos do sexo masculino tendem a subscrever mais crenças legitimadoras do abuso, nomeadamente a atribuição deste à sedução infantil, a desvalorização do abuso quando este não envolve violência e a noção de que este apenas é perpetrado por indivíduos perturbados ou desajustados. Contrariamente a estes dados, os estudos de Moore, Agbo-Quaye e Wager (2010) e o de Maynard e Wiederman (1997) não encontraram diferenças significativas quanto ao género na atribuição de culpa em casos de abuso sexual.

Graham e col. (2007) não encontraram diferenças estatisticamente significativas na atribuição de culpa, atendendo à idade do respondente.

Quanto ao género da vítima, Broussard e col. (1991) constataram que a sua amostra de estudantes tende a ver a interacção entre uma criança do sexo masculino com uma mulher adulta como sendo menos representativa de abuso sexual de crianças, acreditando que os adultos do sexo masculino seriam menos afectados por esta experiência. Resultados semelhantes foram encontrados nas investigações de Finkelhor (1984) e Smith e col. (1997) e, de acordo com estes últimos autores, os respondentes parecem subscrever os papéis de género que sugerem que os rapazes adolescentes devem valorizar as interacções com mulheres mais velhas. O género do abusador parece também ter influência na probabilidade da criança denunciar o abuso. Por exemplo, no estudo de Denov (2003) constatou-se que, nas situações em que a vítima foi abusada sexualmente em conjunto por um homem e por uma

mulher, era muito mais difícil falar ou revelar o abuso exercido pela figura feminina. Existem estudos que constataram que os profissionais consideram o abuso sexual perpetrado pelas mães como sendo menos severo do que o abuso perpetrado pelos progenitores (e.g. Finkelhor, 1984). No estudo de Denov (2003) sobre a atitude dos polícias e psiquiatras perante as ofensas sexuais femininas, ficou claro que existia uma negação das mulheres enquanto potenciais agressoras. Segundo Carmo, Alberto e Guerra (2006), na sociedade portuguesa é visível uma maior aceitação do contacto corporal entre mulheres e crianças como sendo comportamentos de “natural” ternura maternal.

Quanto aos factores de resolução, o estudo de Simarra e col. (2002) mostra que a população geral da sua amostra considera que, no caso do abuso sexual, os agressores devem ser alvo de medidas de prevenção, tratamento, assim como de outras acções de carácter mais punitivo.

II – Estudo empírico

2.1 - Objectivos

Os objectivos gerais deste estudo visam identificar as representações sociais que os pais têm sobre o abuso sexual de crianças e contribuir para a validação dos instrumentos utilizados.

Objectivos específicos:

a) Identificar a possível influência de algumas variáveis nas representações sociais das pessoas face ao abuso sexual, nomeadamente a idade da vítima e do agressor, o género da vítima e do agressor e a relação entre vítima e agressor;

b) Identificar as atribuições que pais fazem sobre os factores desencadeadores/facilitadores, de manutenção e de interrupção/resolução do abuso sexual;

c) Analisar a influência de variáveis socio-demográficas sobre as representações acerca do abuso sexual de crianças, nomeadamente a idade, o género, o estado civil, o número de filhos, a idade dos filhos, as habilitações académicas, a profissão, a área de residência, a existência ou não de uma formação específica sobre a temática em estudo e o contacto dos sujeitos com situações de abuso sexual de menores.

2.2 - Metodologia

2.2.1 - Descrição da Amostra

A recolha de dados foi realizada de acordo com um processo de amostragem não-aleatória, por conveniência, entre Dezembro de 2010 e Abril de 2011. A escolha dos sujeitos incidiu sobre dois critérios: serem pais de filhos com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos e estarem acessíveis e disponíveis para participar nesta investigação. Foi pedido aos participantes o consentimento informado e dada a garantia de anonimato e confidencialidade dos dados.

A amostra total é de 124 pais, sendo que os dois géneros estão representados em igual percentagem. As idades dos participantes estão compreendidas entre os 22 e os 56 anos e a idade média é de 39 anos (Tabela 1, Anexo A). Relativamente às habilitações literárias, 13.7% não possuem o 9º ano, 71.8% completaram o 12º ano e 28.2% concluíram pelo menos um ciclo de estudos no ensino superior (ver Tabela 2, Anexo A). Atendendo à profissão (Tabela 2) o pessoal dos serviços e vendedores são os mais representados (24.2%), seguidos dos especialistas de profissões intelectuais e científicas (20.2%).

Tabela 2.

Distribuição dos participantes por categoria profissional

	Frequências	Percentagens
Quadros Superiores e Dirigentes	7	5,6
Esp. Profissões Intelectuais e Científicas	25	20,2
Téc. e Prof. de Nível Intermédio	11	8,9
Pessoal Adm. e Similares	13	10,5
Pessoal dos Serviços e Vendedores	30	24,2
Operários, Artífices e Trab. Similares	14	11,3
Op. Instalações e Máquinas e Trab. da Montagem	6	4,8
Trabalhadores Não Qualificados	3	2,4
Desempregados	6	4,8
Outros*	9	7,3
Total	124	100,0

*Nota: a categoria "Outros" remete para estudantes e domésticas

O nível sócio-económico (NSE) para cada sujeito foi obtido através do cruzamento entre a profissão e as habilitações literárias, seguindo a classificação utilizada por Simões (1994)⁶. Desta forma, mais de metade da amostra (51.6%) enquadra-se no nível sócio-económico médio (ver Tabela 3, Anexo A).

Quanto ao estado civil, 91.1% dos participantes estão casados ou vivem em união de facto, 2.4% são solteiros e 6.5% estão divorciados (ver Tabela 4, Anexo A). A maioria tem apenas um filho (49.2%), sendo que 41.9% da amostra tem dois (ver Tabela 6, Anexo A). As idades dos filhos mais representadas na amostra são dos 7 aos 15 e do nascimento aos 3 anos (ver Tabela 7, Anexo A). No que concerne a tipologia do agregado familiar, 88.7% da amostra integra uma família nuclear (ver Tabela 5, Anexo A).

Em relação à área de residência, a maioria dos sujeitos é da zona centro do país e reside em zonas predominantemente urbanas (ver Tabelas 9 e 10, Anexo A).

Por último, verifica-se que 86.3% dos sujeitos informa nunca ter tido contacto com uma situação de abuso sexual de crianças e apenas 4.8% da amostra teve formação específica sobre esta temática (ver Tabela 11, 12 e 13, Anexo A).

2.2.2 – Instrumentos utilizados

O estudo empírico incluiu três questionários de auto-resposta: o Questionário de Abuso Sexual em Crianças – Histórias (QCASC-HIS, Alberto, Alarcão, Fazenda, & Querido, 2008), o Questionário sobre Abuso

⁶ **Nível sócio-económico baixo:** trabalhadores assalariados, por conta de outrem, trabalhadores não especializados da indústria e da construção civil, empregados de balcão no pequeno comércio, contínuos, cozinheiros, empregados de mesa, empregadas de limpeza, pescadores, rendeiros, trabalhadores agrícolas, vendedores ambulantes, trabalhadores especializados na indústria (mecânicos, electricistas), motoristas; até ao 8º ano de escolaridade.

Nível sócio-económico médio: profissionais técnicos intermédios independentes, pescadores proprietários de embarcações, empregados de escritório, de seguros e bancários, agentes de segurança, contabilistas, enfermeiros, assistentes sociais, professores do ensino primário e secundário, comerciantes e industriais; do 9º ao 12º ano de escolaridade; cursos médios e superiores.

Nível sócio-económico elevado: grandes proprietários ou empresários agrícolas, do comércio e da indústria; quadros superiores da administração pública, do comércio, da indústria e de serviços, profissões liberais (gestores, médicos, magistrados, arquitectos, engenheiros, economistas, professores do ensino superior), artistas, oficiais superiores das forças militares e militarizadas, pilotos de aviação; do 4º ano de escolaridade à licenciatura, mestrado ou doutoramento.

Sexual de Crianças – Factores Desencadeadores, Manutenção e Resolução (QCSA-FMR, Alberto, Alarcão, Querido, & Fazenda, 2008), a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS, Machado, Gonçalves, & Matos, 2000). Foi ainda aplicado um questionário de dados sócio demográficos que fornece informações relativas à idade, género, estado civil, número de filhos, idade dos filhos, agregado familiar, profissão, habilitações literárias, área de residência, formação específica na temática em causa e existência de contacto com uma situação de abuso sexual de crianças.

2.2.2.1 - Questionário de Abuso Sexual em Crianças – Histórias (QCASC-HIS, Alberto, Alarcão, Fazenda, & Querido, 2008)

Este instrumento é constituído por 3 histórias fictícias de abuso sexual de crianças e a cada uma estão associadas 10 afirmações. Os sujeitos devem indicar o seu grau de concordância de acordo com uma escala Likert de 4 pontos (desde 1 “Discordo totalmente”, até 4 “Concordo totalmente”). Na elaboração das afirmações relativas a cada história foram consideradas cinco dimensões: banalização de situações que não impliquem penetração; justificação da possibilidade de abuso sexual por comportamentos da criança/adolescente; justificação da possibilidade de abuso sexual por factores externos; desvalorização/aceitação de alguma situação “pouco abusiva” em favor da privacidade individual e da privacidade/coesão familiar e (Im)possibilidade de atribuição do abuso sexual ao abusador, em função do seu estatuto social, económico e escolaridade (Querido, 2009).

Estudos de precisão

Considerando a análise da precisão através da consistência interna, foi calculado o coeficiente alfa de Cronbach ($N = 124$). O valor obtido para a escala total ($\alpha = .94$) revela uma consistência interna elevada. Resultados semelhantes foram obtidos por Fazenda (2010) e Querido (2009).

Os itens apresentam uma correlação com a escala que varia entre $r = .27$ e $.72$, sendo que todos apresentam índices de correlação aceitáveis ($\geq .30$), à excepção do item 7 da História 2. Todavia, ao ser retirado, não alteraria significativamente o valor de consistência interna da escala total, pelo que foi mantido (ver Tabela 14, Anexo B).

Analisando a consistência interna para cada uma das histórias, constata-se que as três registam um coeficiente alfa de Cronbach acima de

.80.

O índice de correlação entre as três histórias e entre a pontuação total da escala e o total de cada história foi analisado através do coeficiente de correlação de Pearson ($-1 \leq r \leq 1$). O índice de correlação entre a pontuação total da escala e cada uma das 3 histórias apresenta valores muito elevados, todos acima de $r = .87$. A correlação entre a História 1 e a História 2 é moderada ($r = .68$), assim como entre a História 1 e a História 3 ($r = .64$). Entre a História 2 e a História 3 verifica-se uma correlação forte ($r = .71$). Os valores de correlação obtidos são semelhantes aos encontrados por Querido (2009) e Fazenda (2010) e permitem considerar que as histórias estarão a medir o mesmo construto, o que vem reforçar o valor de consistência interna da escala total (ver Tabela 15, Anexo B).

Estudos de validade

Validade concorrente

O QCASC-HIS apresenta uma correlação moderada e positiva ($r = .47$) com a ECAS. Uma vez que a ECAS se propõe avaliar as crenças sobre o abuso sexual, o índice de correlação entre os dois instrumentos reforça as qualidades relativas à validade do QCASC-HIS.

2.2.2.2 - Questionário sobre Abuso sexual de Crianças – Factores Desencadeadores, Manutenção e Resolução (QCSA-FMR, Alberto e col., 2008)

Este questionário é composto por 3 grupos de afirmações referentes a factores que poderão explicar a emergência do abuso sexual a crianças, a sua manutenção e ainda factores que podem interromper e/ou parar a relação abusiva. Cada grupo é constituído por 16 afirmações sendo que os respondentes deverão assinalar o seu grau de concordância mediante uma escala *Likert* de 4 pontos (desde 1 “Discordo totalmente” até 4 “Concordo totalmente”). Para cada conjunto de afirmações foram considerados factores associados à criança (vítima), ao abusador e ao contexto familiar e social.

Estudos de precisão

No âmbito desta investigação, foi calculado o coeficiente alfa de Cronbach para os três grupos de itens e todos revelaram uma consistência interna elevada (causas: $\alpha = 0.87$; manutenção: $\alpha = 0.81$; resolução: $\alpha =$

0.83).

Ao analisar o primeiro grupo de itens, factores facilitadores da ocorrência de abuso sexual, verificaram-se correlações baixas a moderadas com o conjunto global dos itens que compõem o factor, nomeadamente entre $r = .35$ e $r = .65$ (ver Tabela 16, Anexo C). Todavia, a retirada de qualquer item não modificaria significativamente o valor de consistência interna, pelo que foram mantidos. Relativamente ao segundo grupo de itens, respeitante às condições responsáveis pela manutenção do abuso sexual, as correlações entre os itens e o total do factor oscilam entre $r = .27$ e $.55$ (ver Tabela 17, Anexo C). O item que apresenta a correlação mais baixa (item 3), ao ser retirado, não alteraria significativamente o valor de consistência interna do factor, tendo sido mantido. Quanto ao terceiro grupo de itens, relativo aos factores de resolução, as correlações entre os itens e o total do factor situam-se entre $r = .13$ e $.62$ (Tabela 18, Anexo C). O item 5 apresentou a correlação mais baixa, no entanto, a retirada de qualquer item não influenciaria significativamente a consistência interna do factor. Os resultados obtidos no âmbito das correlações são muito semelhantes aos encontrados por Fazenda (2010).

Analisando os índices de correlação entre os três grupos de factores, verifica-se que apenas a correlação entre os factores de resolução e manutenção é moderada ($r = .45$), pois as restantes são fracas (ver Tabela 19, Anexo C).

2.2.2.3 - Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS, Machado Gonçalves, & Matos, 2000)

Esta escala é constituída por 17 itens, construídos a partir da observação clínica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e da literatura sobre mitos e crenças culturais em relação ao abuso. As respostas são dadas de acordo com uma escala *Likert* de 5 pontos, desde 1 (“discordo totalmente”) a 5 (“concordo totalmente”). O estudo normativo, conduzido com 372 sujeitos, identificou 3 factores nas respostas à ECAS: a legitimação do abuso pela sedução infantil, a sua legitimação pela ausência de violência e a crença de que o abuso não existe quando o ofensor não corresponde a um estereótipo pré-definido. O índice total do questionário constitui uma medida genérica de tolerância/legitimação do abuso sexual, enquanto as pontuações específicas obtidas pelos factores permitem avaliar as crenças centrais

subjacentes a tal legitimação.

Estudos de precisão

Neste estudo, obteve-se um coeficiente alfa de Cronbach de .90, que traduz uma consistência interna elevada. O estudo de Fazenda (2010), obteve resultados idênticos quanto à consistência interna. As correlações entre os itens e a escala total são moderadas, situando-se entre $r = .42$ e $.69$ (Tabela 20, Anexo D). A eliminação de qualquer item não influenciaria significativamente a consistência interna da escala.

Estudos de validade

Validade de construto

Para avaliar a validade empírica, recorreu-se à análise factorial exploratória, com extração dos factores pelo método das componentes principais seguida de uma rotação *Varimax*. Uma vez que o tamanho da amostra permite realizar esta análise (n itens $\times 5$, que implica uma amostra mínima de 85 sujeitos), começou-se por avaliar o KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e o teste de esfericidade de Bartlett. O coeficiente KMO obtido (.85) mostra que existe uma correlação elevada entre as variáveis e o teste de esfericidade de Bartlett associado a um nível de significância de .000 (ver Tabela 21, Anexo D), indica que a matriz das intercorrelações dos 17 itens que compõem a ECAS é significativamente diferente de uma matriz de identidade, sendo adequado proceder à análise factorial (Pestana & Gageiro, 2005).

Os factores comuns retidos foram aqueles que apresentavam um *eigenvalue* superior a 1, em consonância com o *Scree Plot* (Gráfico 1, Anexo D) e a percentagem de variância explicada. A rotação dos 17 itens da ECAS convergiu em 8 iterações para 3 factores. Os 3 factores, no seu conjunto, explicam 55.86% da variância total.

Tabela 2.

Matriz de componentes rodada ECAS

Ítem	Componente		
	1	2	3
ECAS 14	.86	-	-
ECAS 17	.79	-	-
ECAS 15	.72	-	-
ECAS 11	.60	.40	.30
ECAS 1	.50	.31	-
ECAS 2	.48	-	-
ECAS 8	-	.82	-
ECAS 16	.37	.61	-
ECAS 9	-	.59	-
ECAS 12	-	.57	.45
ECAS 4	.47	.51	-
ECAS 13	.32	.43	.34
ECAS 3	-	-	.81
ECAS 10	-	-	.80
ECAS 5	.54	-	.57
ECAS 6	-	.49	.55
ECAS 7	.42	-	.49
Eigenvalues	6.97	1.34	1.19
% Variância	22.43	16.91	16.52

Na estrutura factorial obtida, o factor 1 é composto por 6 itens (Tabela 22, Anexo D) e, de acordo com a respectiva saturação, podemos concluir que remete para um conjunto de crenças que legitimam o abuso pela ausência de violência. Neste factor, obteve-se um coeficiente alfa de Cronbach de .82, que traduz uma boa consistência interna. O factor 2 contém igualmente 6 itens (Tabela 23, Anexo D) e, procedendo a análise dos que apresentam maior saturação, foi designado por legitimação do abuso pela falsidade das queixas. O valor do coeficiente de alfa ($\alpha = .78$) aponta para uma consistência razoável. O factor 3, é constituído por 5 itens (Tabela 24, Anexo D) e remete para a crença de que o abusador corresponde a um estereótipo pré-definido. O valor do coeficiente de alfa ($\alpha = .80$) remete para uma boa consistência interna.

Verifica-se que os resultados obtidos através da análise factorial exploratória apontam para o mesmo número de factores encontrados por Machado e col. (2000), ainda que com outra composição. Neste estudo, o factor legitimação do abuso pela sedução infantil desaparece e surge o factor legitimação do abuso pela falsidade das queixas.

2.2.3 - Procedimentos estatísticos

Com o objectivo de avaliar a normalidade da distribuição das respostas aos instrumentos, utilizou-se o teste Kolmogorov-Smirnov e os valores de significância oscilam entre $p = .001$ e $p = .200$, sendo que apenas o total das Histórias apresenta um ligeiro afastamento em relação à normalidade. Desta forma e tendo em consideração a dimensão da amostra ($N = 124$), optou-se por recorrer a estatísticas paramétricas.

2.3 - Apresentação dos resultados

2.3.1 - Questionário de Abuso Sexual em Crianças – Histórias

A média da pontuação da amostra para o QCASC-HIS foi de 49.19 ($DP = 12.27$) [História 1, $M = 15.38$ ($DP = 4.58$); História 2, $M = 15.84$ ($DP = 4.32$); História 3, $M = 17.98$ ($DP = 4.99$)]⁷. Globalmente, os participantes tendem a discordar com todas as afirmações que constituem o instrumento. Na História 1 (Tabela 38, Anexo F), o item no qual os sujeitos mostraram mais discordância foi o 4 “*É muito pouco provável que a Ana seja sexualmente abusada pelo avô, pois quer os pais quer o avô são pessoas com estudos e bem formadas. A mãe é enfermeira e o avô até foi polícia*” ($M = 1.36$, $DP = 0.53$) e menor discordância foi o 6 “*A Ana deve ter visto qualquer coisa estranha na televisão e depois baralhou-se com as brincadeiras do avô*” ($M = 1.68$, $DP = 0.65$). Em relação à História 2 (Tabela 39, Anexo F), verifica-se que a pontuação mais elevada está associada ao item 6 “*A Luísa provoca o professor com a roupa que usa, se não gostasse do que ele faz, iria vestida de outra forma para a escola*” ($M = 1.85$, $DP = 0.76$) e a mais baixa ao item 9 “*Mesmo que o professor tenha seduzido a Luísa, ela não deveria denunciar a situação, pois é um problema muito íntimo, que vai invadir a sua privacidade*” ($M = 1.27$, $DP = 0.51$). A História 3 (Tabela 40, Anexo F) é aquela que apresenta uma pontuação

⁷ Tabela 38, 39 e 40; Anexo F.

média mais elevada independentemente do género e da idade. O item que registou menos discordância nesta história foi o 8 “*É absolutamente normal as mães dormirem com os seus filhos enquanto pequenos e o Tomás pode ter pensado que isso é um «romance» uma vez que agora é o «homem lá de casa», pois os seus pais vivem separados*” ($M = 2.16$, $DP = 0.73$) e o que obteve uma pontuação média mais baixa foi o item 10 “*Mesmo que a mãe do Tomás lhe faça alguma coisa menos própria, não pode ser considerado abuso sexual, porque a senhora tem uma depressão*” ($M = 1.44$, $DP = 0.55$).

Numa análise por género, na História 1, as mulheres pontuam mais no item 3 “*A Ana é tão pequena que é disparate pensar que o avô tenha relações com ela*” ($M = 1.55$, $DP = 0.52$) e os homens no 6 ($M = 1.74$, $DP = 0.46$), sendo que as pontuações mais baixas para ambos os sexos observam-se no item 4 (sexo feminino: $M = 1.34$, $DP = 0.29$; sexo masculino $M = 1.39$, $DP = 0.27$). Na segunda história, tanto o sexo feminino como masculino manifestam menor discordância com o item 6 ($M = 1.84$, $DP = 0.63$ e $M = 1.85$, $DP = 0.72$, respectivamente) e maior discordância com o item 9 ($M = 1.21$, $DP = 0.20$ e $M = 1.32$, $DP = 0.32$, respectivamente). Na História 3, ambos os sexos manifestam menor discordância com o item 8 (sexo feminino: $M = 2.13$, $DP = 0.71$; sexo masculino $M = 2.19$, $DP = 0.55$) e apresentam pontuações mais baixas no item 10 (sexo feminino: $M = 1.34$, $DP = 0.23$; sexo masculino $M = 1.55$, $DP = 0.35$).

2.3.2 - O Questionário sobre Abuso sexual de Crianças – Factores Desencadeadores, Manutenção e Resolução

Relativamente ao QCSA-FMR, a pontuação média para os itens que compõem o grupo I - factores de emergência do abuso sexual – é 37.01 ($DP = 7.59$); para o grupo II – factores de manutenção – é de 47.81 ($DP = 5.40$) e para o grupo III – factores de resolução – é de 52.60 ($DP = 5.67$) (ver Tabela 41, 42 e 43; Anexo F). Globalmente, os sujeitos tendem a concordar com os itens que compõem os três grupos da escala. No que concerne os factores que podem facilitar as situações de abuso sexual (Tabela 41, Anexo F), os itens mais pontuados são o 12 ($M = 2.71$, $DP = 0.78$) e o 15 ($M = 2.66$, $DP = 0.91$) (“*O adulto abusador foi ele próprio vítima de abuso sexual quando criança ou adolescente*” e “*Doença mental do abusador*”, respectivamente). Estes dois itens também foram os dois nos quais as mulheres mais

pontuaram (item 12: $M = 2.87$, $DP = 0.84$; item 15: $M = 2.66$, $DP = 0.97$). Quanto aos homens, além do 15 ($M = 2.66$, $DP = 0.85$), o outro item que registou maior concordância foi o 10 “*Antecedentes de violência na família de origem do abusador*” ($M = 2.65$, $DP = 0.79$). Menor concordância registam o item 9 “*Falta de atenção para com o abusador por parte do cônjuge*” ($M = 1.86$, $DP = 0.69$) e o item 6 “*Comportamento provocador da vítima*” ($M = 1.91$, $DP = 0.73$). O sexo feminino pontua menos nos itens 3 (“*Baixo grau de instrução do abusador*”) ($M = 1.73$, $DP = 0.83$) e 6 ($M = 1.74$, $DP = 0.79$) e o sexo masculino nos itens 9 ($M = 1.95$, $DP = 0.6$) e 6 ($M = 2.08$, $DP = 0.64$).

Quanto aos factores que contribuem para a manutenção das relações sexualmente abusivas (Tabela 42, Anexo F), verifica-se que os participantes pontuam mais no item 1 “*Ausência de denúncia por parte da vítima ou da família*” ($M = 3.46$, $DP = 0.62$) e no 9 “*Ameaças por parte do abusador*” ($M = 3.39$, $DP = 0.55$). Numa análise por género, constata-se que as mulheres pontuam mais nos itens 7 “*Medo por parte da vítima de que não acreditem nela*” ($M = 3.45$, $DP = 0.62$) e 9 ($M = 3.44$, $DP = 0.59$) e os homens nos itens 1 ($M = 3.52$, $DP = 0.54$) e 9 ($M = 3.34$, $DP = 0.51$). Os itens que receberam menor pontuação tanto por parte dos homens como das mulheres foram o 3 “*Valorização da intimidade pessoal/privacidade*” ($M = 2.58$, $DP = 0.71$) e o 11 “*Ternura, atenção e prestação de cuidados por parte do abusador, fora dos momentos de abuso*” ($M = 2.61$, $DP = 0.62$).

No terceiro grupo, factores que podem interromper e/ou parar as relações abusivas (Tabela 43, Anexo F), o grau de concordância mais elevado tanto para o sexo feminino como masculino registou-se nos itens 16 “*Tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos*” ($M = 3.69$, $DP = 0.57$) e 7 “*Agravar as condenações dos abusadores sexuais*” ($M = 3.68$, $DP = 0.59$). Aqui, independentemente do género, menor grau de concordância obtiveram os itens 5 “*Mudar o comportamento da vítima, para ser menos provocadora*” ($M = 2.44$, $DP = 0.85$) e 11 “*Melhorar as condições socio-económicas das famílias*” ($M = 2.73$, $DP = 0.79$).

2.3.3 - Escala de Crenças sobre Abuso Sexual

Na ECAS, a pontuação média para o total da amostra foi de 29,27 com um desvio-padrão de 7.57 [factor 1, $M = 9.36$ ($DP = 2.86$); factor 2, M

= 11.17 (DP = 2.88); factor 3, $M = 8.73$ (DP = 2.90)]⁸. Por género, constata-se que as mulheres pontuam em média na escala total 27.49 (DP = 6.13) e os homens 30.85 (DP = 8.45). Relativamente aos factores, aquele que recebe maior pontuação do sexo feminino e masculino é o factor 2 ($M = 8.90$, DP = 2.23 e $M = 9.82$, DP = 2.69, respectivamente).

As respostas dos participantes são, pois, tendencialmente discordantes (Tabela 44, Anexo F). Os itens que registam menor discordância para ambos os sexos são o 6 “*As crianças podem provocar o abuso pelo seu comportamento sedutor*” ($M = 2.02$, DP = 0.86) e 8 “*A maioria das queixas de abuso sexual são inventadas pelas mães*” ($M = 1.99$, DP = 0.73). O grau de discordância dos sujeitos manifestou-se mais expressamente nos itens 14 “*Se o abusador não tiver magoado a criança/adolescente o abuso é pouco grave*” ($M = 1.40$, DP = 0.60) e 17 “*Se não tiver havido penetração, então o abuso é pouco grave*” ($M = 1.40$, DP = 0.66). Estes são também os dois itens nos quais as mulheres menos pontuam (item 14, $M = 1.32$, DP = 0.47; item 17, $M = 1.24$, DP = 0.43). Quanto ao sexo masculino, além do item 14, a segunda afirmação com a qual mais discordam é a do item 15 “*Só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente*” ($M = 1.55$, DP = 0.72).

2.3.4- Influência das variáveis sócio-demográficas

Verifica-se que, quanto ao género, os homens pontuam mais do que as mulheres em todos os instrumentos à excepção dos grupos de factores de manutenção do QCSA-FMR (sexo feminino: $M = 48.18$, DP = 5.66; sexo masculino: $M = 47.45$, DP = 5.14) e de resolução (sexo feminino: $M = 52.95$, DP = 5.32; sexo masculino: $M = 52.24$, DP = 6.02). Contudo, não se obtiveram diferenças estatisticamente significativas, à excepção dos valores totais da ECAS, onde o sexo masculino pontua mais alto do que o feminino ($t(122) = -2.38$, $p = .019$). Adicionalmente, os homens pontuam significativamente mais do que as mulheres no factor 1 ($t(122) = -2.27$, $p = .025$) e 2 ($t(122) = -2.12$, $p = .036$)⁹.

Relativamente à idade (Tabela 26, Anexo E), existem diferenças estatisticamente significativas nos resultados totais da ECAS ($F(2, 121) =$

⁸ Ver Tabela 44, Anexo F

⁹ Ver Tabela 25, Anexo E

4.19, $p = .017$). Os resultados dos testes de comparações múltiplas de Bonferroni demonstraram que a média para o grupo etário 22-33 ($M = 32.42$, $DP = 8.52$) difere significativamente ($p < .05$) da média do grupo etário 34-45 ($M = 28.30$, $DP = 7.38$) e do grupo etário 46-56 ($M = 27.64$, $DP = 5.54$). Verificam-se também diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos etários no factor 2 desta escala (legitimação do abuso pela falsidade das queixas) ($F(2, 121) = 5.76$, $p = .004$). Os testes de comparações múltiplas de Bonferroni revelaram que a média do grupo etário 22-33 ($M = 12.55$, $DP = 3.00$) difere significativamente da média do grupo etário 34-45 ($M = 10.79$, $DP = 2.82$) e do grupo 46-56 ($M = 10.36$, $DP = 2.27$). Analisando a diferença de idade por género (Tabela 27 e 28, Anexo E), as diferenças são estatisticamente significativas nos homens, tanto no resultado total da ECAS ($F(2, 59) = 6.03$, $p = .004$), como nos diferentes factores que a compõem. Os resultados dos testes de comparações múltiplas de Bonferroni demonstraram que a média para o grupo etário 22-33 ($M = 37.54$, $DP = 8.11$) difere significativamente ($p < .05$) da média dos grupos etários 34-45 ($M = 29.30$, $DP = 8.39$) e 46-56 ($M = 28.63$, $DP = 6.21$) e estes também diferem significativamente entre si ($p < .05$). Estas diferenças vão também reflectir-se nos resultados dos factores 1, 2 e 3, onde o grupo etário 22-33 é aquele mais pontua.

Em relação à variável média da idade dos filhos (Tabela 34, Anexo E), registam-se diferenças estatisticamente significativas na ECAS ($F(3, 120) = 3.26$, $p = .024$) e no factor 2 ($F(3, 120) = 4.92$, $p = .003$), sendo que os pais que têm filhos com uma idade média compreendida entre os 0 e os 3 são aqueles que obtêm resultados mais elevados. Efectuando uma análise por género, observam-se diferenças estatisticamente significativas nos factores de origem do QCSA-FMR para o sexo feminino ($F(3, 58) = 2.86$, $p = .045$). A realização dos testes de comparações múltiplas de Bonferroni indica que, neste grupo de factores, a média do grupo de mulheres com filhos com idade média entre os 16 e os 23 anos ($M = 43.00$, $DP = 3.74$) difere significativamente ($p < .05$) da média do grupo com filhos com idade média compreendida entre os 4 e os 6 anos ($M = 31.92$, $DP = 9.89$). Quanto aos homens, registam-se diferenças estatisticamente significativas no total da ECAS ($F(3, 58) = 2.89$, $p = .043$) e no factor 2 ($F(3, 58) = 3.00$, $p = .038$), sendo que é o grupo de homens com filhos com uma média de idade entre os

0 e os 3 anos que mais pontua (Tabela 35 e 36, Anexo E)

A variável NSE (Tabela 32, Anexo E) revela diferenças estatisticamente significativas nos resultados da História 1 do QCASC-HIS ($F(2, 121) = 4.26, p = .016$). Os resultados dos testes de comparações múltiplas de Bonferroni demonstraram que a média para NSE baixo ($M = 16.80, DP = 4.71$) difere significativamente ($p < .05$) da média do NSE médio ($M = 14.28, DP = 3.88$) e elevado ($M = 15.88, DP = 5.80$).

Quanto à variável habilitação literária (Tabela 29, Anexo E), constata-se que existem diferenças estatisticamente significativas na História 1 ($F(3, 120) = 3.45, p = .019$). Ao utilizar os testes de comparações múltiplas de Bonferroni, podemos observar que a média do grupo 1º e 2º ciclo ($M = 17.94, DP = 4.56$) difere significativamente ($p < .05$) da média do grupo ensino superior ($M = 13.80, DP = 3.32$). Ao fazer uma análise por género (Tabela 30 e 31, Anexo E), o sexo masculino também regista diferenças estatisticamente significativas na História 1 ($F(3, 58) = 4.11, p = .010$), nos grupos supracitados.

A variável área geográfica (Tabela 37, Anexo E) regista diferenças estatisticamente significativas no total de factores origem do QCSA-FMR ($F(2, 121) = 3.77, p = .026$). Através dos testes de comparações múltiplas de Bonferroni verifica-se que a média dos sujeitos pertencentes a Áreas Predominantemente Rurais (APR) ($M = 39.50, DP = 5.87$) difere significativamente ($p < .05$) dos sujeitos pertencentes a AMU (Áreas Moderadamente Urbanas) ($M = 34.85, DP = 8.22$) e a APU (Áreas Predominantemente Urbanas) ($M = 36.02, DP = 8.07$).

As variáveis estado civil, região geográfica e tipologia do agregado familiar não foram alvo de procedimentos estatísticos, uma vez que a grande maioria dos sujeitos são casados, integram-se na tipologia de família nuclear (113) e pertencem à região centro (111). Relativamente ao número de filhos, não existem diferenças estatisticamente significativas para nenhum dos instrumentos (Tabela 33, Anexo E)

Não foram efectuadas análises estatísticas para as variáveis contacto com situações de abuso sexual de crianças e formação específica, pois apenas 17 sujeitos tiveram contacto e 6 formação.

2.4 – Discussão dos resultados

Dos 124 sujeitos que constituem a amostra, metade é do sexo masculino e outra metade do sexo feminino, sendo que a idade média dos participantes é 39 anos. A grande maioria dos sujeitos completou o 12º ano e as profissões mais representadas incluem-se na categoria pessoal dos serviços e vendedores. O nível sócio-económico médio é o mais representado nesta amostra. A maior parte dos sujeitos estão casados ou vivem maritalmente, têm apenas um filho e integram um agregado familiar de tipologia nuclear. Em relação à área de residência, a maioria dos participantes vivem na zona centro do país, em áreas predominantemente urbanas. De salientar que um número muito reduzido de pessoas teve contacto com situações de abuso sexual de crianças ou formação na área.

No que concerne os instrumentos de avaliação aplicados, constatam-se boas qualidades psicométricas, quer ao nível dos estudos de precisão, quer de validade. Os resultados obtidos sugerem que os três questionários constituem instrumentos de investigação adequados para serem utilizados nesta área.

Através da análise descritiva dos resultados obtidos no QCASC-HIS e na ECAS verifica-se que, globalmente, os pais não tendem a subscrever crenças legitimadoras do abuso sexual de crianças. Os estudos de Almeida (2003), Querido (2009) e Fazenda (2010) em populações específicas¹⁰, com recurso a estes instrumentos, também registaram valores pouco legitimadores face a situações de abuso sexual. Os resultados alcançados por esta investigação mostram que um baixo grau de legitimação é transversal a elementos da população geral (neste caso, a pais). Uma das possíveis sugestões para estudos futuros consiste na adopção de uma metodologia com base na descrição de uma situação de abuso sexual¹¹, questionando directamente os pais¹² sobre a forma como perspectivam e lidariam com o problema. Poderia constituir-se como um cenário emocionalmente mais activador e, eventualmente, gerar respostas mais autênticas. Estes cenários poderiam avaliar dimensões pertinentes como a questão da denúncia, a

¹⁰ Psicólogos e estudantes; educadores de infância e médicos e enfermeiros; respectivamente.

¹¹ Os cenários poderiam incluir situações de abuso intra e extrafamiliar.

¹² Nomeadamente através de afirmações pontuadas com base numa escala tipo Likert e questões abertas sujeitas a uma análise mais qualitativa.

credibilidade dada à vítima, o que pensam sobre o comportamento dos vários intervenientes, que acções tomariam se fossem eles os pais da vítima envolvida, entre outras.

Analisando as pontuações obtidas nas três histórias que compõem o QCASC-HIS, constata-se, à semelhança de Fazenda (2010), que a história onde os sujeitos registam valores mais elevados é a História 3¹³. Este dado vai ao encontro das investigações de Denov (2003), na medida em que persiste a dificuldade em perspectivar as mulheres como agressoras sexuais e em conceptualizar os contactos corporais entre mãe e filho como abusivos (Carmo e col., 2006). Por outro lado, esta história implica uma vítima do sexo masculino e sabemos que um dos mitos mais frequentes é de que são as raparigas as vítimas deste tipo de abuso (Fávero, 2003). Complementarmente, estes resultados podem ser interpretados à luz dos estudos de Broussard e col. (1991), pois, atendendo ao género da vítima e do agressor, os pais parecem considerar a interacção entre uma criança do sexo masculino com uma mulher adulta como sendo menos representativa de abuso sexual. Uma das formas de clarificar esta questão em futuras investigações seria introduzir uma história em que a vítima e o agressor fossem do sexo masculino.

Paralelamente à literatura (e.g. Turton, 2008), podemos constatar que, os pais aparentam não considerar que as situações de abuso sexual tenham que envolver obrigatoriamente violência. Os itens “*Se o abusador não tiver magoado a criança/adolescente o abuso é pouco grave*” e “*Se não tiver havido penetração, então o abuso é pouco grave*” foram os menos pontuados na ECAS.

O facto do abuso ser intra ou extra-familiar não pareceu influenciar as respostas dos participantes ao QCASC-HIS, pois as pontuações na História 1 (avô e neta) e 2 (professor e adolescente) são muito próximas, o que sugere que não foi esta a variável que mais pesou na diferença de pontuação da História 3 face às outras. Todavia, constata-se que os itens mais pontuados no grupo de factores de origem (avaliados pelo QCSA-FMR) relacionam-se com a figura do agressor¹⁴, considerando o facto de ser “um doente mental”

¹³ Esta história remete para uma situação de abuso sexual onde a mãe é a abusadora e o seu filho de 4 anos é a vítima.

¹⁴ “*O adulto abusador foi ele próprio vítima de abuso sexual quando criança ou*

como um importante factor facilitador da ocorrência do abuso, à semelhança da amostra de Finkelhor (1984). De acordo com Alberto (2002), esta explicação das situações abusivas focadas nas características do abusador está intimamente ligada às representações sociais dominantes na sociedade acerca dos agressores, na medida em que lhes são atribuídos traços físicos e psicológicos específicos, desta forma, o seu reconhecimento seria relativamente fácil. Sustentar esta representação social pode ser reconfortante para a função parental de protecção, contudo, torna-se cada vez mais perigoso nos dias de hoje. Com a proliferação das redes sociais e o uso cada vez mais frequente e precoce da internet, as crianças estão em permanente risco de serem vítimas de um agressor cujos traços estão escondidos atrás de um monitor. Esta atribuição de um estereótipo específico à figura do abusador pode ser explicada à luz da teoria da atribuição defensiva de Shaver. Conceptualizar o agressor sexual com características específicas com as quais os pais não se identificam, auxilia-os a manter a sua auto-estima e a não se considerarem como possíveis responsáveis pela situação, se fossem eles os protagonistas. Esta tendência é particularmente visível nos homens, uma vez que, na ECAS, pontuam mais no factor 3 do que as mulheres, embora essa diferença não seja estatisticamente significativa ($p = .059$). De acordo com esta explicação, é natural que os homens tenham mais tendência para fazer corresponder o agressor a um dado estereótipo, pois são eles que têm mais probabilidade de se identificar com o agressor, uma vez que, na maioria dos casos, o mesmo é do sexo masculino (e.g. Soeiro, 2009).

A ideia de que o agressor foi ele próprio vitimizado na infância coaduna-se com os dados da literatura, uma vez que é frequente neste tipo de agressor existir um historial de violência familiar (Alberto, 2008). No entanto, Finkelhor (1984) alerta para o facto de que nem todas as vítimas virão necessariamente a tornar-se agressores sexuais, uma vez que outros factores como o suporte recebido no momento de revelação ou a existência de uma intervenção terapêutica também são influentes. Globalmente, observa-se que, quando questionados acerca dos factores que podem estar na origem de situações de abuso sexual, os pais colocam a responsabilidade

adolescente” e “Doença mental do abusador”.

maioritariamente nas características do agressor, em detrimento de factores individuais relacionados com as vítimas ou factores familiares e sociais. Este foco na figura do abusador vai conduzir os pais à resolução desta problemática com a punição do abusador, nomeadamente através da prisão. Com efeito, quando questionados acerca dos factores de resolução, a amostra expressou maior concordância nos itens “*Tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos*” e “*Agravar as condenações dos abusadores sexuais*”. Estas respostas, semelhantes às que Simarra e col. (2002) encontraram no seu estudo, podem traduzir a confiança dos pais na justiça para resolver este tipo de crimes, em detrimento da escolha de factores de interrupção/resolução relacionados com a família, criança ou população em geral¹⁵. Por outro lado, as pontuações registadas neste factor mostram que os pais desejam ver mudanças na forma como o sistema de justiça aborda estes casos, quer devido à morosidade dos procedimentos, quer às penas aplicadas. Efectivamente, ao olhar para as estatísticas de 2006, disponibilizadas pelo Ministério de Justiça, constata-se que a 55.7% dos arguidos foi aplicada pena suspensa. É também pertinente relembrar que, uma vez que a situação de abuso sexual emerge da confluência de um conjunto de factores de cariz individual, interaccional e social (Alberto, 2002), a prisão do agressor não é o único meio de intervenção¹⁶. Segundo Furniss (1992), deve avançar-se para uma Intervenção Primária Terapêutica, envolvendo as principais figuras do crime (nomeadamente o abusador, a criança e a família), bem como toda a comunidade.

Na análise das pontuações obtidas nos três factores da ECAS, constata-se que o mais pontuado é a legitimação do abuso pela falsidade das queixas. Este dado é ainda reforçado pela análise descritiva dos itens da ECAS, uma vez que o item “*a maioria das queixas de abuso sexual são inventadas pelas mães*” foi um dos que recebeu maior pontuação. Verifica-se que o mito que liga as situações de abuso sexual a uma fantasia infantil (Fávero, 2003) também pode ser encontrado nas respostas dos participantes, na medida em que na História 1 do QCASC-HIS, a afirmação “*A Ana deve ter visto qualquer coisa estranha na televisão e depois baralhou-se com as*

¹⁵Com efeito, um dos itens que foi menos pontuado foi “*Melhorar as condições sócio-económicas das famílias*”.

¹⁶Furniss (1992) considera a prisão do agressor como uma forma de Intervenção Primária Punitiva.

brincadeiras do avô” foi a mais pontuada, bem como o item “*É absolutamente normal as mães dormirem com os seus filhos enquanto pequenos e o Tomás pode ter pensado que isso é um «romance» uma vez que agora é o «homem lá de casa», pois os seus pais vivem separados*”. Estes dados podem sugerir que é cada vez mais frequente as pessoas duvidarem da ocorrência de uma situação de abuso sexual, sendo que esta suspeita pode minar não apenas a denúncia, como o próprio suporte e credibilidade conferidos à vítima.

Pela análise dos resultados, ficou claro que a amostra atribui grande relevo à questão da denúncia e não parece desvalorizar ou aceitar o abuso em favor da privacidade individual e coesão familiar. Nos factores que podem contribuir para manter a situação abusiva, um dos itens mais pontuados foi “*Ausência de denúncia por parte da vítima ou da família*” e um dos menos pontuados foi “*Valorização da intimidade pessoal/privacidade*” e na História 2 do QCASC-HIS, o item “*Mesmo que o professor tenha seduzido a Luísa, ela não deveria denunciar a situação, pois é um problema muito íntimo, que vai invadir a sua privacidade*” foi o que recebeu menor pontuação. Com efeito, os pais parecem reconhecer que a não-denúncia é dos principais factores para a perpetuação da situação abusiva. Porém, como salientam Carmo e col. (2006), existem muitos factores que dificultam a denúncia, principalmente no abuso intrafamiliar, pois, neste contexto, o agressor não é apenas agressor, pode também ser pai e conjugue e, por vezes, os interesses familiares não são compatíveis com a denúncia do crime e muito menos com a prisão do abusador. Neste âmbito, observa-se que os participantes não estão particularmente sensibilizados para esta realidade, na medida em que, nos factores de manutenção, o item “*Ternura, atenção e prestação de cuidados por parte do abusador, fora dos momentos de abuso*” foi dos menos pontuados. Ainda em relação aos factores de manutenção, a valorização das ameaças é consonante com a importância que a literatura lhe confere, sendo esta uma das estratégias mais frequentemente utilizadas pelo agressor para evitar a revelação (Fávero, 2003) e permitir a perpetuação da situação abusiva.

Feita a análise dos factores desencadeadores, de manutenção e de resolução, constata-se que, num futuro estudo, principalmente com esta população, seria importante existir maior foco em itens relacionados com o

contexto familiar, de forma a averiguar quais são as representações sociais dos pais acerca do papel da família numa situação de abuso sexual, bem como nos diferentes tipos de intervenção dirigidos a esta problemática. Neste âmbito, seria particularmente interessante, explorar o grau de responsabilização que atribuem à família da vítima.

No que concerne a classe social, as habilitações e a profissão dos agressores, a amostra parece concordar com a literatura, assumindo esta prática delituosa como transversal a todas as profissões e nível sócio económico (Fávero, 2003). O item “*É muito pouco provável que a Ana seja sexualmente abusada pelo avô, pois quer os pais quer o avô são pessoas com estudos e bem formadas. A mãe é enfermeira e o avô até foi polícia*” foi o menos pontuado na História 1 e no primeiro grupo de factores do QCSA-FMR, os sujeitos não concordam que o “*Baixo grau de instrução do abusador*” possa ser um factor de causa/origem do abuso sexual.

À semelhança da investigação de Graham e col. (2007), os pais, principalmente no QCASC-HIS e no QCSA-FMR, colocam a responsabilidade do crime na figura do agressor, assumindo uma atitude pró-vítima. Aliás, no grupo de factores de origem do QCSA-FMR, o “*Comportamento provocador da vítima*” foi das afirmações menos pontuadas. Este dado pode ser justificado pelo facto da amostra ser constituída por pais e, por este motivo, apresentar maior dificuldade em atribuir responsabilidades às crianças pela situação de abuso. Na ECAS, esta perspectiva deixa de ser tão evidente, uma vez que o item com o qual a amostra menos discorda é “*A criança pode provocar o abuso pelo seu comportamento sedutor*” e, na História 2¹⁷, o item que recebeu maior pontuação foi “*A Luísa provoca o professor com a roupa que usa, se não gostasse do que ele faz, iria vestida de outra forma para a escola*”. Não obstante, fica claro que esta é uma crença que a maioria dos sujeitos não subscreve e, mesmo na ECAS, a média da pontuação obtida neste item traduz uma tendência discordante. Contudo, esta deveria ser uma questão a clarificar em futuras investigações e averiguar, até que ponto, o facto da vítima ser adolescente influencia a forma como as pessoas conceptualizam

¹⁷ História que envolve uma rapariga adolescente e um professor.

uma situação abusiva. Eventualmente, poderia comparar-se, num mesmo estudo, uma amostra de pais com um grupo de sujeitos sem filhos.

À semelhança do estudo de Machado e col. (2000, como citado em Almeida, 2003), foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas respostas à ECAS quanto ao género, ou seja, os participantes do sexo masculino tendem a subscrever mais crenças legitimadoras do abuso sexual. Estes resultados são também consonantes com vários estudos internacionais (e.g. Broussard e col. 1991). Também o estudo de Fazenda (2010), verificou que os profissionais médicos e enfermeiros do sexo feminino apresentam crenças e atitudes consideravelmente mais pró-sociais relativamente ao abuso sexual de crianças do que os profissionais do sexo masculino. Estas diferenças podem estar ligadas à sensibilidade e à tendência protectora, que são características mais facilmente identificáveis com o sexo feminino. Numa análise por factores, verifica-se que os homens tendem a pontuar mais no factor legitimação do abuso pela ausência de violência e no factor legitimação do abuso pela falsidade das denúncias. Sendo socialmente reconhecido que a maioria dos abusadores são elementos do sexo masculino, é possível que, de acordo com a hipótese da atribuição defensiva de Shaver, os homens alimentem recursivamente esta ideia: podendo identificar-se ao agressor, têm uma representação mais legitimadora do abuso, porque consideram menos situações como casos de abuso, representando certos comportamentos como legítimos e possivelmente adequados e, por sua vez, esta representação leva-os a legitimar mais as situações de abuso.

Contrariamente ao estudo de Fazenda (2010), no qual as pessoas com mais idade apresentam maior legitimação do abuso sexual de crianças e ao estudo de Graham e col. (2007), que não registou diferenças no que diz respeito à idade do respondente, neste estudo, o grupo etário 22-33 é aquele que mais subscreve crenças legitimadoras do abuso sexual. Este resultado é particularmente marcante nos homens e vai relacionar-se com a idade média dos filhos, pois são estes indivíduos que têm filhos em idade pré-escolar. É precisamente este grupo que também pontua mais do que os restantes na ECAS, o que traduz valores mais elevados de legitimação. Adicionalmente, este grupo pontua mais no factor “legitimação do abuso pela falsidade das queixas”. Estes resultados contrariam o expectável, uma vez que o grupo etário 22-33 é provavelmente aquele que mais informação recebeu acerca

desta temática, bem como aquele que foi mais sujeito a mensagens de reprovação do abuso sexual. Por outro lado, talvez sejam aqueles que estão mais susceptíveis às informações transmitidas pelos *media*, nomeadamente através dos casos mediáticos, que contribuem para que exista cada vez mais uma tendência para se duvidar da ocorrência de uma dada situação de abuso sexual. De qualquer forma, este é um dado que deveria ser melhor analisado em investigações futuras, designadamente através da realização de um estudo longitudinal. Seria interessante poder cruzar as representações sobre abuso sexual com representações e práticas sexuais, no sentido de aprofundar o conhecimento e a reflexão acerca do que pode contribuir para as diferenças de género e etárias encontradas neste estudo.

No âmbito do NSE, verifica-se que as pessoas pertencentes ao NSE baixo, principalmente os homens, tendem a apresentar mais crenças legitimadoras do abuso sexual na História 1 (avô e neta) do que os restantes níveis. Este dado está relacionado com os resultados obtidos quanto às habilitações literárias, uma vez que os sujeitos com o 1º ou o 2º ciclo pontuam significativamente mais nesta mesma história do que os sujeitos com um grau de ensino superior. Observando as pontuações obtidas nas restantes Histórias e na ECAS, observa-se que este grupo de sujeitos é sempre o que obtém mais pontuação o que sugere que as pessoas com menos habilitações literárias subscrevem mais crenças legitimadoras do abuso do que as restantes. Estes resultados podem dever-se ao facto de serem sujeitos com menos formação e informação sobre o tema do abuso sexual, sendo provavelmente mais permeáveis às ideias, por vezes erradas, difundidas pelos meios de comunicação social.

Apesar do número de participantes ser expressivo, uma das limitações deste estudo prende-se com o facto de esta ser uma amostra de conveniência, sendo que a generalização dos dados deve ser feita com algumas reservas. Adicionalmente, não foi incluída nenhuma medida de desejabilidade social e, nesta temática tão delicada, esta dimensão surge como pertinente na análise dos resultados.

Os pais são figuras chave na prevenção e, de acordo com os resultados obtidos, existem algumas questões que necessitam de maior atenção, designadamente a representação social da mulher enquanto agressora sexual, a legitimação do abuso através da sedução infantil, a ligação da figura do

abusador a características específicas, a crença na falsidade das queixas e na fantasia infantil e a visão deste fenómeno para além da vítima e do agressor. Um conhecimento adequado acerca dos tópicos supracitados é fundamental, na medida em que eles influenciam a probabilidade de identificação de uma situação de abuso, a denúncia, o suporte dado à vítima e a forma como se lida com este crime. Estes programas de prevenção deveriam, principalmente, englobar os pais do sexo masculino, uma vez que este grupo demonstra maior legitimação face a este fenómeno, comparativamente às mulheres e, actualmente, em muitas famílias, os pais assumem tanto ou mais relevo que as mães no desenvolvimento dos filhos.

Ainda em relação à prevenção, os dados deste estudo deixam transparecer a necessidade de uma maior sensibilização das pessoas de NSE mais baixo face a esta temática. Uma vez que este grupo representa uma considerável parte da população portuguesa, devem também ser incluídos em campanhas comunitárias, por exemplo, através das escolas ou dos centros de saúde.

Conclusões

A importância dos pais no desenvolvimento global da criança é inegável, bem como a sua posição privilegiada relativamente à protecção da criança. À semelhança dos dados apresentados por Finkelhor (1984) com uma amostra de pais, os participantes deste estudo também parecem estar globalmente bem informados relativamente à temática. O facto de não subscreverem alguns dos mitos e crenças mais frequentemente associados ao abuso sexual de crianças indica-nos que os conhecimentos acerca desta problemática estão relativamente bem difundidos. Neste estudo, constata-se que são os pais do sexo masculino com idade compreendida entre os 22 e os 33 anos e as pessoas de NSE mais baixo que mais legitimam este fenómeno. Adicionalmente, verifica-se que é mais difícil para a nossa amostra considerar a mulher como agressora sexual, comparativamente ao homem.

O crescente valor atribuído às crianças nas sociedades ocidentais contribui para que cada vez exista mais informação a circular sobre esta temática, quer através dos meios de comunicação social, quer através do aumento da produção científica acerca deste tema. Com efeito, estas duas ferramentas têm contribuído de forma extraordinária para a abertura,

divulgação e para um conhecimento mais aprofundado acerca deste fenómeno e as respostas obtidas parecem traduzir essas aquisições. Verifica-se que, quando os itens vão mais ao encontro do que é referido pelos *media*, as respostas dos pais tendem a ser menos legitimadoras, embora, como se observou, essa não legitimação seja mantida de forma inconsistente ao longo dos questionários.

Por outro lado, a maior abertura face a esta temática e a própria globalização potenciam novas armas aos agressores, tornando este fenómeno, a forma de o estudar e de nele intervir uma tarefa ainda mais complexa.

Dada a ligação entre representações sociais e comportamento, de acordo com os resultados desta investigação, poderíamos dizer que os pais portugueses têm boas probabilidades de, numa situação de abuso sexual, denunciar o crime e apoiar a vítima, diminuindo, desta forma, a probabilidade de emergir vitimização secundária. Contudo, as concepções dos pais aqui apresentadas não parecem coadunar-se com as práticas utilizadas, pois, se assim fosse, não existiriam tantas situações abusivas não denunciadas e tantas crianças estigmatizadas por terem sido vítimas deste crime. Fávero (2003) alerta para o facto das próprias mães silenciarem a situação abusiva. Esta reflexão indica que, provavelmente, as representações que as pessoas assumem externamente face a esta problemática, podem não corresponder necessariamente à forma como vão lidar com uma situação abusiva real.

Os dados obtidos por este estudo esclarecem algumas necessidades em termos de programas de prevenção e intervenção e mostram a importância de alargar o espectro de visão à família, em particular, e à comunidade, em geral, no estudo do abuso sexual. Esta amplificação na lente compreensiva deste fenómeno exige, cada vez mais, um trabalho colaborativo de várias disciplinas, nomeadamente da psicologia, direito, medicina, antropologia e sociologia. Perante uma problemática que, todos os dias, assume contornos mais complexos, é importante lembrar que todos têm um papel a desempenhar. Cada conversa sobre o tema, cada investigação realizada, cada intervenção efectuada, cada linha escrita podem contribuir para a construção de uma sociedade onde as crianças tenham direito à sua inocência.

Bibliografia

Alberto, I. A. (2000). As consequências do abuso sexual infantil: Contributo dos estudos longitudinais. *Psychologica*, 24, 119-127.

Alberto, I. A. (2002). “Feios, porcos e maus”: Do “erro fundamental” à abordagem sistémica/ecológica na avaliação das situações de abuso sexual. *Psychologica*, 30, 69-77.

Alberto, I. A. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.

Alberto, I. A. (2008). Maltrato infantil: Entre um destino e uma história. In A. Matos, C. Vieira, & J. Boavida (Eds), *A maldade humana: Fatalidade ou educação* (pp.107-127). Coimbra: Almedina.

Almeida, A, André, I, & Almeida, H. (2001). *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal: Relatório final*. Lisboa: Assembleia da República.

Almeida, C. (2003). *Abuso sexual de crianças: Crenças sociais e discursos da Psicologia* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.

Antunes, M. J. (2010). *Código de processo penal* (17ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

APAV (2011). *Súmula: Estatísticas APAV 2010*. Recuperado de http://www.apav.pt/portal/pdf/Sumula_Estatisticas_APAV_2010_.pdf.

Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de género. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147.

Broussard, S., Wagner, W.G., & Kazelskis, R. (1991). Undergraduate students' perceptions of child sexual abuse: The impact of victim sex, perpetrator sex, respondent sex, and victim response. *Journal of Family Violence*, 6, 267-278.

Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14, 28, 125-137.

Carmo, R., Alberto, I., & Guerra, P. (2006). *O abuso sexual de menores: Uma conversa sobre justiça entre o direito e a psicologia* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.

Carvalho, L. A. (2002). *Abuso sexual de menores: Distrito de Bragança* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade do Porto.

Costa, C. L. (2010, Setembro 2). Trinta por cento dos suspeitos de pedofilia ilibados. *Diário IOL*. Recuperado de

<http://diario.iol.pt/sociedade/pedofilia-ultimas-justica-casa-pia-tvi24/1189007-4071.html>.

Lei 147/99: *Lei de protecção de crianças e jovens em perigo* (Setembro, 1999). Diário da República – Série A.

Deaux, K., & Philogène, G. (2001). *Representations of the social*. Oxford: Blackwell Publishers.

Denov, M. S. (2003). The myth of innocence: Sexual scripts and the recognition of child sexual abuse by female perpetrators. *The Journal of Sex Research*, 40, 3, 303-314.

Direcção Geral da Política da Justiça (2006). *Estatísticas do Ministério da Justiça 2006*. Recuperado de <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-dos/caracterizacao-de/anexos3038/penal>.

Faller, K. C. (1984). Is the child victim of sexual abuse telling the truth? *Child Abuse and Neglect*, 8, 473-481.

Fávero, M. F. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Lisboa: Climepsi Editores.

Fazenda, I. E. (2010). *Representações sociais em torno do abuso sexual de crianças numa amostra de médicos e enfermeiros dos cuidados de saúde primários* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra.

Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. New York: Free Press.

Finkelhor, D., & Redfield (1984). How the public defines sexual abuse. In D. Finkelhor (Ed.), *Child sexual abuse: New theory and research* (pp.107-133). New York: Free Press.

Furniss, T. (1992). *The multi-professional handbook of child sexual abuse: Integrated management, therapy, and legal intervention*. London: Routledge.

Fuselier, D. A., Durham, R. L., & Wurtele, S. K. (2002). The child sexual abuser: Perceptions of college students and professionals. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 14, 3, 271-280. DOI: 1079-0632/02/0700-0271/0

Graham, L., Rogers, P., & Davies, M. (2007). Attributions in a hypothetical child sexual abuse case: Roles of abuse type, family response

and respondent gender. *Journal of Family Violence*, 22, 733-745. DOI: 10.1007/s10896-007-9121-z

Hershkowitz, I, Lanes, O., & Lamb, M. E. (2007). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child Abuse and Neglect*, 31, 111-123.

Herzilch, C. (2005). A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. *Saúde Colectiva*, 15, 57-70.

Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Jonson-Reid, M., & Way, I. (2001). Adolescent sexual offenders: Incidence of childhood maltreatment, serious emotional disturbance, and prior offenses. *American Journal of Orthopsychiatry*, 71, 1, 120-130.

Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113, 1, 164-180.

Machado, C., & Gonçalves, M. (1999). Psicoterapia com crianças abusadas sexualmente: Da exposição à re-autoria. *Psicologia: teoria, investigação e prática*, 2, 347-364.

Machado, C. (2002). Abuso sexual de menores. In C. Machado, & M. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes vol. II: Crianças* (pp.1-48). Coimbra: Quarteto.

Maria, S. G. (2007). A participação da comunidade na prevenção dos abusos sexuais de crianças. *Análise Psicológica*, 1(XXV), 13-24.

Maynard, C., & Wiederman, M. (1997). Undergraduate student's perceptions of child sexual abuse: Effects of age, sex, and gender-role attitudes. *Child Abuse & Neglect*, 21, 9, 833-844.

Moore, S., Agbo-Quaye, S., & Wager, N. (2010, June). *Attributions of victim-blame in the case of child sexual assault: The influence of the child's gender, and the gender and parental status of the participant*. Trabalho apresentado na Division of Forensic Psychology Annual Conference, Universidade de Kent, recuperado de http://bucks-uk.academia.edu/NadiaWager/Papers/191184/Attributions_of_victim-blame_in_the_case_of_child_sexual_assault_The_influence_of_the_childs_gender_and_the_gender_and_parental_status_of_the_participant.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son publique* (2ª ed.). Paris: PUF.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr, & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp.27-48). Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (2001). Why a theory of social representations. In K. Deaux, & G. Philogène (Eds.), *Representations of the social* (pp.8-35). Oxford: Blackwell Publishers.

Moura, H. R. (1998). *A expressão violenta da sexualidade: Contributo para o estudo dos agressores sexuais* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Coimbra.

Palmonari, A., & Doise, W. (1986). *L'étude des représentations sociales*. Paris: Delachaux et Niestlé.

Pestana, M. H., Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS (4ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.

Querido, A. (2009). *Representações sociais dos educadores de infância sobre o abuso sexual de crianças* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra.

Rogers, P., Titterington, L., & Davies, M. (2009). Attributions of blame and credibility in a hypothetical child abuse case: Roles of victim disability, victim resistance and respondent gender. *International Journal of Disability, Development and Education*, 56 (3), 205-228. DOI: 10.1080/10349120903102189

Rubin, M. L., & Thelen, M. H. (1996). Factors influencing believing and blaming in reports of child sexual abuse: Survey of a community sample. *Journal of Child Sexual Abuse*, 5 (2), 81-100.

Simarra, J., Paúl, J., & San Juan, C. (2002). Malos tratos infantiles: Representaciones sociales de la población general y de los profesionales del ámbito de la infancia en el caribe colombiano. *Child Abuse & Neglect*, 26, 815-831. DOI:10.1016/S0145-2134(02)00355-1

Simões, M. R. (1994). *Investigação no âmbito da aferição nacional do teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR)* (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra.

Smith, H. D., Formuth, M. E., & Morris, C. C. (1997). Effects of gender perceptions of child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 6 (4), 51-63.

Soeiro, C. B. (2009). Perfis criminais e crime de abuso sexual de crianças: Caracterização de uma tipologia para a realidade portuguesa. *Ousar Integrar*, 4, 49-63.

Turton, J. (2008). *Child abuse, gender and society*. New York: Routledge.

Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do pensamento quotidiano. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (7ª ed., pp.457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Valentim, J. P. (2003). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portugueses e de africanos* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra.

Wolfe, V. V., & Birt, J. (1997). Child sexual abuse. In E. Mash, & L. Terdal (Eds.), *Assessment of childhood disorders* (pp. 569-623). New York: Guilford Press.

ANEXOS

Anexo A – Caracterização da amostra

Tabela 1.
Distribuição dos sujeitos por grupo etário

	Frequências	Percentagens
22-33	33	26.6
34-45	66	53.2
46-56	25	20.2
Total	124	100.0

Tabela 2.
Distribuição dos sujeitos por habilitação literária

	Frequências	Percentagens
1º ciclo incompleto	2	1.6
1º ciclo	3	2.4
2º ciclo	12	9.7
3º ciclo	23	18.5
Secundário	49	39.5
Licenciatura	8	6.5
Mestrado	25	20.2
Doutoramento	2	1.6
Total	124	100.0

Tabela 4.
Distribuição dos sujeitos por nível socio-económico

	Frequências	Percentagens
NSE baixo	44	35.5
NSE médio	64	51.6
NSE elevado	16	12.9
Total	124	100.0

Tabela 4.
Distribuição dos sujeitos por estado civil

	Frequências	Percentagens
Solteiro	3	2.4
Casado ou união de facto	113	91.1
Divorciado/separado	8	6.5
Total	124	100.0

Tabela 5.
Distribuição dos sujeitos por tipo de agregado familiar

	Frequências	Percentagens
Família nuclear	113	91.1
Família monoparental	8	6.5
Família reconstituída	3	2.4
Total	124	100.0

Tabela 6.
Distribuição dos sujeitos por número de filhos

	Frequências	Percentagens
1	61	49.2
2	52	41.9
3	10	8.1
4	1	0.8
Total	124	100.0

Tabela 7.
Distribuição dos sujeitos por idade dos filhos

	Frequências	Percentagens
Do nascimento aos 3	27	21.8
4 e 5	3	2.4
3 e 4	1	0.8
2 e 4	1	0.8
3 e 5	1	0.8
Dos 4 aos 6	17	13.7
Dos 7 aos 15	36	29.0
Dos 16 aos 23	11	8.9
1 e 3	6	4.8
2 e 3	10	8.1
3 e 4	9	7.3
1 e 2	2	1.6
Total	124	100.0

Tabela 8.
Distribuição dos sujeitos por média de idade dos filhos

	Frequências	Percentagens
0-3	28	22.6
4-6	25	20.2
7-15	51	41.1
16-23	20	16.1
Total	124	100.0

Tabela 9.
Distribuição dos sujeitos por área de residência

	Frequências	Percentagens
APU	62	50.0
AMU	20	16.1
APR	42	33.9
Total	124	100.0

Tabela 10.

Distribuição dos sujeitos por região geográfica

	Frequências	Percentagens
Reg. Norte	13	10.5
Reg. Centro	111	89.5
Total	124	100.0

Tabela 11.

Distribuição dos sujeitos por possível contacto com situações de abuso sexual de crianças

	Frequências	Percentagens
não	107	86.3
sim vítima	7	5.6
sim agressor	5	4.0
sim os dois	5	4.0
Total	124	100.0

Tabela 12.

Distribuição dos sujeitos por formação específica na área do abuso sexual de crianças

	Frequências	Percentagens
não	118	95.2
sim	6	4.8
Total	124	100.0

Tabela 13.

Distribuição dos sujeitos pelo tipo de formação específica na área do abuso sexual de crianças

	Frequências	Percentagens
Sem formação específica	118	95.2
Workshop	2	1.6
Conferência/Congresso	2	1.6
Workshop e formação académica	1	0.8
Formação académica	1	0.8
Total	124	100.0

Anexo B – Características psicométricas do Questionário de Abuso Sexual de Crianças – Histórias (QCASC-HIS, Alberto, Alarcão, Fazenda, & Querido, 2008)

Tabela 14.

Valores de correlação Item-escala total e de alfa se o item for eliminado

Item	Correlação item-total	Alfa de Cronbach se item eliminado
QCASC-HIS 11	.52	.94
QCASC-HIS 12	.54	.94
QCASC-HIS 13	.55	.94
QCASC-HIS 14	.58	.94
QCASC-HIS 15	.56	.94
QCASC-HIS 16	.58	.94
QCASC-HIS 17	.62	.94
QCASC-HIS 18	.51	.94
QCASC-HIS 19	.65	.94
QCASC-HIS 110	.69	.94
QCASC-HIS 21	.60	.94
QCASC-HIS 22	.48	.94
QCASC-HIS 23	.64	.94
QCASC-HIS 24	.66	.94
QCASC-HIS 25	.64	.94
QCASC-HIS 26	.62	.94
QCASC-HIS 27	.27	.95
QCASC-HIS 28	.55	.94
QCASC-HIS 29	.54	.94
QCASC-HIS 210	.56	.94
QCASC-HIS 31	.62	.94
QCASC-HIS 32	.55	.94
QCASC-HIS 33	.61	.94
QCASC-HIS 34	.54	.94
QCASC-HIS 35	.60	.94
QCASC-HIS 36	.72	.94
QCASC-HIS 37	.57	.94
QCASC-HIS 38	.61	.94
QCASC-HIS 39	.67	.94
QCASC-HIS 310	.66	.94

Tabela 15.

Índices de correlação entre as 3 histórias e a escala total

	Total História 1	Total História 2	Total História 3	Total Histórias
Total História 1	-	-	-	.87
Total História 2	.68**	-	-	.89
Total História 3	.64**	.71**	-	.89
Total Histórias	.87**	.89**	.89**	-

** $p < .01$

**Anexo C – Características psicométricas do Questionário sobre
Abuso sexual de Crianças – Factores Desencadeadores,
Manutenção e Resolução (QCSA-FMR, Alberto e col., 2008)**

Tabela 16.

Valores de correlação Item-total factores origem/causa e de alfa se o item for eliminado

Item	Correlação item-total	Alfa de Cronbach se item eliminado
QCSA-FMR 11	.53	.87
QCSA-FMR 12	.35	.88
QCSA-FMR 13	.40	.88
QCSA-FMR 14	.49	.87
QCSA-FMR 15	.61	.87
QCSA-FMR 16	.43	.87
QCSA-FMR 17	.63	.87
QCSA-FMR 18	.62	.87
QCSA-FMR 19	.49	.87
QCSA-FMR 110	.59	.87
QCSA-FMR 111	.65	.87
QCSA-FMR 112	.44	.87
QCSA-FMR 113	.60	.87
QCSA-FMR 114	.44	.87
QCSA-FMR 115	.55	.87
QCSA-FMR 116	.54	.87

Tabela 17.

Valores de correlação Item-total factores manutenção e de alfa se o item for eliminado

ítem	Correlação item-total	Alfa de Cronbach se item eliminado
QCSA-FMR 21	.50	.79
QCSA-FMR 22	.36	.80
QCSA-FMR 23	.27	.81
QCSA-FMR 24	.46	.80
QCSA-FMR 25	.45	.80
QCSA-FMR 26	.38	.80
QCSA-FMR 27	.47	.80
QCSA-FMR 28	.47	.80
QCSA-FMR 29	.46	.80
QCSA-FMR 210	.28	.81

QCSA-FMR 211	.36	.80
QCSA-FMR 212	.28	.81
QCSA-FMR 213	.44	.80
QCSA-FMR 214	.41	.80
QCSA-FMR 215	.55	.79
QCSA-FMR 216	.50	.80

Tabela 18.

Valores de correlação Item-total factores resolução e de alfa se o item for eliminado

Item	Correlação item-total	Alfa de Cronbach se item eliminado
QCSA-FMR 31	.52	.82
QCSA-FMR 32	.46	.83
QCSA-FMR 33	.53	.82
QCSA-FMR 34	.62	.82
QCSA-FMR 35	.13	.85
QCSA-FMR 36	.51	.82
QCSA-FMR 37	.49	.82
QCSA-FMR 38	.51	.82
QCSA-FMR 39	.58	.82
QCSA-FMR 310	.45	.83
QCSA-FMR 311	.40	.83
QCSA-FMR 312	.42	.83
QCSA-FMR 313	.46	.83
QCSA-FMR 314	.41	.83
QCSA-FMR 315	.51	.82
QCSA-FMR 316	.39	.83

Tabela 19.

Índices de correlação entre os três grupos de factores do QCSA-FMR

	Total Factores de Origem	Total Factores de Manutenção	Total Factores de Resolução
Total Factores de Origem	-	.16	.04
Total Factores de Manutenção	.16	-	.45**
Total Factores de Resolução	.04	.45**	-

** $p < .01$

Anexo D – Características psicométricas da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS, Machado, Gonçalves, & Matos, 2000)

Tabela 20.

Valores de correlação Item-escala total e de alfa se o item for eliminado

Item	Correlação item-total	Alfa de Cronbach se item eliminado
ECAS 1	.42	.90
ECAS 2	.46	.90
ECAS 3	.54	.90
ECAS 4	.60	.90
ECAS 5	.68	.90
ECAS 6	.52	.90
ECAS 7	.56	.90
ECAS 8	.61	.90
ECAS 9	.46	.90
ECAS 10	.57	.90
ECAS 11	.69	.90
ECAS 12	.53	.90
ECAS 13	.55	.90
ECAS 14	.67	.90
ECAS 15	.68	.90
ECAS 16	.55	.90
ECAS 17	.65	.90

Tabela 21.

Critério KMO e Teste de esfericidade de Bartlett's

Variável	KMO	Esfericidade
ECAS	.85	1024.33 136/ $p = .000$

Gráfico 1

Scree Plot da AFE do ECAS

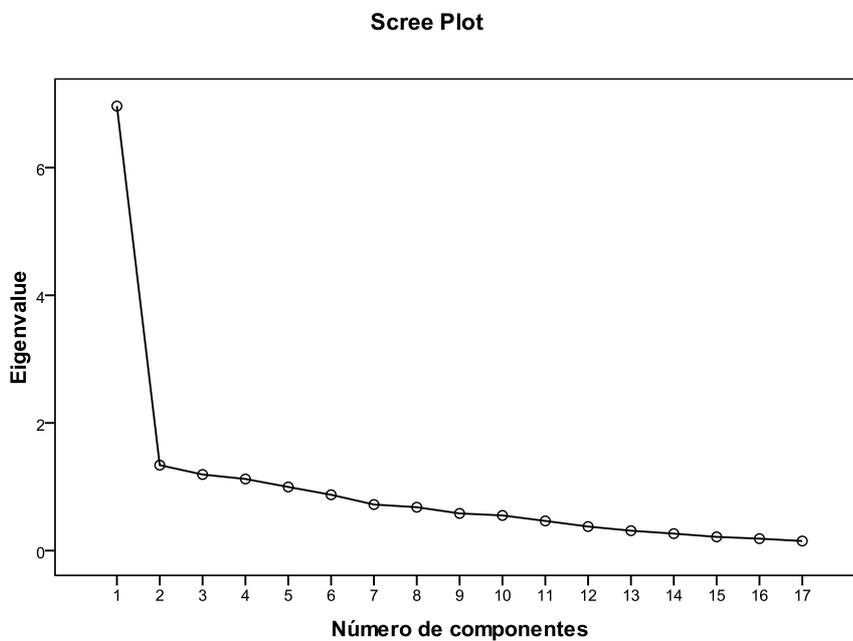


Tabela 22.

Itens que integram o factor 1

Item	Saturação
ECAS 14 – Se o abusador não tiver magoado a criança/adolescente o abuso é pouco grave	.86
ECAS 17 – Se não tiver havido penetração, então o abuso é pouco grave	.80
ECAS 15 – Só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente	.72
ECAS 11 – Se uma criança/adolescente se queixa do abuso muito mais tarde, então ele provavelmente não existiu	.59
ECAS 1 – É muito raro uma criança/adolescente ser abusada sexualmente	.50
ECAS 2 – Só as raparigas é que são vítimas de abuso sexual	.48

Tabela 23.

Itens que integram o factor 2

Item	Saturação
ECAS 8 – A maioria das queixas de abuso sexual são inventadas pelas mães	.82
ECAS 16 – A maioria das queixas de abuso sexual são falsas	.61
ECAS 9 – Se uma rapariga já foi abusada antes, então é natural que outros homens abusem dela	.59
ECAS 12 – As adolescentes levam os homens mais velhos a abusar delas	.56
ECAS 4 – A maioria das queixas de abuso sexual são fantasias da criança/adolescente	.51
ECAS 13 – Só com crianças pequenas é que se pode falar de abuso. Se um(a) adolescente se envolve com alguém mais velho a culpa é sua	.49

Tabela 24.

Itens que integram o factor 3

Item	Saturação
ECAS 3 – As pessoas que abusam sexualmente de crianças/adolescentes são quase sempre desconhecidos	.81
ECAS 10 – Se alguém abusa sexualmente de uma criança é porque não consegue arranjar parceiras(os) adultas(os)	.80
ECAS 5 – Os abusadores são pessoas que parecem diferentes das pessoas normais	.57
ECAS 6 – As crianças podem provocar o abuso pelo seu comportamento sedutor	.55
ECAS 7 – Só se pode falar de abuso quando há violência	.49

Anexo E – Resultados Testes-t e ANOVAs para as variáveis sócio-demográficas

Tabela 25.

Resultados Testes t para a variável género

Variável	Género	N	M	DP	t (122)	P
História 1	Feminino	62	15.13	4.37	-0.61	.545
	Masculino	62	15.63	4.79		
História 2	Feminino	62	15.26	4.16	-1.51	.135
	Masculino	62	16.42	4.23		
História 3	Feminino	62	17.48	4.67	-1.10	.274
	Masculino	62	18.47	5.27		
Total Histórias	Feminino	62	47.87	11.54	-1.20	.232
	Masculino	62	50.52	12.93		
Tot. Fac. Origem	Feminino	62	35.73	8.44	-1.90	.060
	Masculino	62	38.29	6.45		
Tot. Fac. Manutenção	Feminino	62	48.18	5.66	0.75	.456
	Masculino	62	47.45	5.14		
Tot. Fac. Resolução	Feminino	62	52.95	5.32	0.69	.488
	Masculino	62	52,24	6.02		
Total ECAS	Feminino	62	30,85	8.45	-2.38	.019*
	Masculino	62	30.85	8.45		
ECAS F1	Feminino	62	8.79	2.29	-2.27	.025*
	Masculino	62	9.94	3.25		
ECAS F2	Feminino	62	10.63	2.61	-2.12	.036*
	Masculino	62	11.71	3.04		
ECAS F3	Feminino	62	8.24	2.53	-1.91	.059
	Masculino	62	9.23	3.18		

* $p < .05$

Tabela 26.
 Resultados ANOVAs para a variável idade

Variável	Categorização idade	n	M	DP	F (2,121)	p	Bonferroni
História 1	22-33	33	15.39	5.29	0.03	.972	-
	34-45	66	15.30	4.59			
	46-56	25	15.56	3.57			
História 2	22-33	33	15.82	5.31	0.01	.988	-
	34-45	66	15.80	4.10			
	46-56	25	15.96	3.52			
História 3	22-33	33	18.12	5.73	0.26	.769	-
	34-45	66	17.70	4.76			
	46-56	25	18.52	4.67			
Total Histórias	22-33	33	49.33	14.46	0.09	.911	-
	34-45	66	48.80	12.04			
	46-56	25	50.04	10.00			
Tot. Fac. Origem	22-33	33	36.06	8.33	0.42	.659	-
	34-45	66	37.17	7.38			
	46-56	25	37.84	7.29			
Tot. Fac. Manutenção	22-33	33	47.76	7.42	0.05	.955	-
	34-45	66	47.94	4.64			
	46-56	25	47.56	4.18			
Tot. Fac. Resolução	22-33	33	51.91	6.47	0.68	.511	-
	34-45	66	53.15	5.21			
	46-56	25	52.04	5.79			
Total ECAS	22-33	33	32.42	8.52	4.19	.017*	22-33 > 34-45 22-33 > 46-56
	34-45	66	28.30	7.38			
	46-56	25	27.64	5.54			
ECAS F1	22-33	33	10.33	3.49	2.66	.074	-
	34-45	66	9.02	2.65			
	46-56	25	9.00	2.21			
ECAS F2	22-33	33	12.55	3.00	5.76	.004**	22-33 > 34-45 22-33 > 46-56
	34-45	66	10.79	2.82			
	46-56	25	10.36	2.27			

ECAS F3	22-33	33	9.52	3.13	1.71	.186	-
	34-45	66	8.52	3.06			
	46-56	25	8.28	1.88			

* $p < .05$

** $p < .01$

Tabela 27.

Resultados ANOVAs para a variável idade (sexo feminino)

Variável	Categorização idade	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i> (2,59)	<i>P</i>
História 1	22-33	20	15.50	5.84	0.36	.698
	34-45	33	14.70	3.53		
	46-56	9	15.89	3.62		
História 2	22-33	20	15.05	4.66	0.14	.866
	34-45	33	15.52	4.22		
	46-56	9	14.78	2.86		
História 3	22-33	20	17.85	5.11	0.25	.777
	34-45	33	17.09	4.49		
	46-56	9	18.11	4.73		
Total Histórias	22-33	20	48.40	13.70	0.09	.918
	34-45	33	47.30	10.84		
	46-56	9	48.78	9.78		
Tot. Fac. Origem	22-33	20	33.95	9.06	0.87	.424
	34-45	33	36.12	8.14		
	46-56	9	38.22	8.18		
Tot. Fac. Manutenção	22-33	20	48.65	8.02	0.11	.894
	34-45	33	47.88	4.28		
	46-56	9	48.22	4.18		
Tot. Fac. Resolução	22-33	20	53.05	5.88	0.09	.916
	34-45	33	52.73	5.05		
	46-56	9	53.56	5.59		
Total ECAS	22-33	20	29.10	7.15	0.95	.395
	34-45	33	27.30	6.18		
	46-56	9	25.89	3.79		

ECAS F1	22-33	20	9.30	3.93	0.84	.436
	34-45	33	8.64	3.08		
	46-56	9	8.22	2.48		
ECAS F2	22-33	20	11.35	2.60	1.76	.181
	34-45	33	10.52	2.72		
	46-56	9	9.44	1.88		
ECAS F3	22-33	20	8.40	2.89	0.06	.943
	34-45	33	8.15	2.55		
	46-56	9	8.22	1.72		

Tabela 28.

Resultados ANOVAs para a variável idade (sexo masculino)

Variável	Categorização idade	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i> (2,59)	<i>p</i>	Bonferroni
História 1	22-33	13	15.23	4.53	0.12	.887	-
	34-45	33	15.91	5.45			
	46-56	16	15.38	3.65			
História 2	22-33	13	17.00	6.18	0.21	.808	-
	34-45	33	16.09	4.02			
	46-56	16	16.63	3.76			
História 3	22-33	13	18.54	6.77	0.04	.962	-
	34-45	33	18.30	5.01			
	46-56	16	18.75	4.77			
Total Histórias	22-33	13	50.77	16.02	0.01	.991	-
	34-45	33	50.30	13.11			
	46-56	16	50.75	10.36			
Tot. Fac. Origem	22-33	13	39.31	6.03	0.24	.785	-
	34-45	33	38.21	6.48			
	46-56	16	37.63	7.01			
Tot. Fac. Manutenção	22-33	13	46.38	6.44	0.48	.621	-
	34-45	33	48.00	5.05			
	46-56	16	47.19	4.28			
Tot. Fac.	22-33	13	50.15	7.18	1.89	.160	-
	34-45	33	53.58	5.41			

Resolução	46-56	16	51.19	5.90			
Total ECAS	22-33	13	37.54	8.11	6.03	.004**	22-33 > 34-45
	34-45	33	29.30	8.39			22-33 > 46-56
	46-56	16	28.63	6.21			
ECAS F1	22-33	13	11.92	3.93	3.30	.044	22-33 > 34-45
	34-45	33	9.39	3.08			22-33 > 46-56
	46-56	16	9.44	2.48			
ECAS F2	22-33	13	14.38	2.69	7.80	.001**	22-33 > 34-45
	34-45	33	11.06	2.94			22-33 > 46-56
	46-56	16	10.88	2.36			
ECAS F3	22-33	13	11.23	2.77	3.76	.029*	22-33 > 46-56
	34-45	33	8.88	3.50			
	46-56	16	8.31	2.02			

* $p < .05$ ** $p < .01$

Tabela 29

Resultados ANOVAs para a variável habilitação literária

Variável	Habilitação Literária	N	M	DP	F (3,120)	P	Bonferroni
História 1	1º e 2º ciclo	17	17.94	4.56	3.45	.019*	1º e 2º ciclo > Ensino sup.
	3º ciclo	23	15.87	4.78			
	secundário	49	15.39	4.92			
	ensino superior	35	13.80	3.32			
História 2	1º e 2º ciclo	17	16.53	3.63	1.34	.264	-
	3º ciclo	23	15.74	4.66			
	secundário	49	16.47	4.46			
	ensino superior	35	14.69	4.10			
História 3	1º e 2º ciclo	17	20.06	4.12	1.34	.265	-
	3º ciclo	23	17.48	5.29			
	secundário	49	18.02	4.98			
	ensino superior	35	17.23	5.09			

	1º e 2º ciclo	17	54.53	10.95			-
	3º ciclo	23	49.09	13.64			
Total Histórias	secundário	49	49.88	12.27	2.12	.102	
	ensino superior	35	45.71	11.32			
	1º e 2º ciclo	17	37.29	9.19			-
	3º ciclo	23	37.48	7.72			
Tot. Fac. Origem	secundário	49	36.96	7.03	0.07	.978	
	ensino superior	35	36.63	7.74			
	1º e 2º ciclo	17	45.88	7.40			-
	3º ciclo	23	48.57	5.25			
Tot. Fac. Manutenção	secundário	49	47.76	5.50	0.99	.401	
	ensino superior	35	48.34	4.08			
	1º e 2º ciclo	17	51.35	6.97			-
	3º ciclo	23	53.39	5.12			
Tot. Fac. Resolução	secundário	49	52.41	5.65	0.48	.698	
	ensino superior	35	52.94	5.49			
	1º e 2º ciclo	17	32.35	8.80			-
	3º ciclo	23	28.70	7.77			
Total ECAS	secundário	49	29.41	7.39	1.36	.259	
	ensino superior	35	27.94	6.95			
	1º e 2º ciclo	17	10.88	3.46			-
	3º ciclo	23	9.04	2.95			
ECAS F1	secundário	49	9.35	2.78	2.12	.102	
	ensino superior	35	8.86	2.44			
	1º e 2º ciclo	17	11.35	3.04			-
	3º ciclo	23	10.87	2.91			
ECAS F2	secundário	49	11.35	2.91	0.19	.901	
	ensino superior	35	11.03	2.82			
	1º e 2º ciclo	17	10.12	2.93			-
	3º ciclo	23	8.78	2.88			
ECAS F3	secundário	49	8.69	2.85	1.92	.130	
	ensino superior	35	8.09	2.87			

* $p < .05$

Tabela 30.

Resultados ANOVAs para a variável *habilitação literária (sexo feminino)*

Variável	Habilitação Literária	n	M	DP	F (3,58)	P
História 1	1º e 2º ciclo	6	16.83	5.19	0.55	.651
	3º ciclo	12	14.58	3.55		
	secundário	23	15.52	5.22		
	ensino superior	21	14.52	3.61		
História 2	1º e 2º ciclo	6	13.83	2.64	0.93	.433
	3º ciclo	12	14.92	4.72		
	secundário	23	16.35	4.32		
	ensino superior	21	14.67	3.97		
História 3	1º e 2º ciclo	6	17.83	4.67	0.04	.990
	3º ciclo	12	17.42	6.19		
	secundário	23	17.26	4.22		
	ensino superior	21	17.67	4.51		
Total Histórias	1º e 2º ciclo	6	48.50	10.73	0.17	.915
	3º ciclo	12	46.92	13.89		
	secundário	23	49.13	11.44		
	ensino superior	21	46.86	11.12		
Tot. Fac. Origem	1º e 2º ciclo	6	37.17	12.89	0.08	.970
	3º ciclo	12	35.08	7.44		
	secundário	23	35.83	7.60		
	ensino superior	21	35.57	8.98		
Tot. Fac. Manutenção	1º e 2º ciclo	6	44.33	12.37	1.05	.377
	3º ciclo	12	48.33	5.07		
	secundário	23	48.48	4.72		
	ensino superior	21	48.86	3.98		
Tot. Fac. Resolução	1º e 2º ciclo	6	50.17	8.70	0.74	.532
	3º ciclo	12	53.75	4.58		
	secundário	23	52.70	5.17		
	ensino superior	21	53.57	4.84		

Total ECAS	1º e 2º ciclo	6	27.83	7.83	0.22	.885
	3º ciclo	12	27.08	5.87		
	secundário	23	28.48	6.15		
	ensino superior	21	27.10	6.47		
ECAS F1	1º e 2º ciclo	6	9.33	3.20	0.29	.830
	3º ciclo	12	8.50	2.02		
	secundário	23	9.00	2.28		
	ensino superior	21	9.57	2.29		
ECAS F2	1º e 2º ciclo	6	9.83	2.56	0.29	.830
	3º ciclo	12	10.42	2.47		
	secundário	23	10.91	2.41		
	ensino superior	21	10.67	3.02		
ECAS F3	1º e 2º ciclo	6	8.67	2.16	0.30	.822
	3º ciclo	12	8.17	2.08		
	secundário	23	8.52	2.70		
	ensino superior	21	7.86	2.78		

Tabela 31.

Resultados ANOVAs para a variável *habilitação literária* (sexo masculino)

Variável	Habilitação Literária	n	M	DP	F (3,58)	P	Bonferroni
História 1	1º e 2º ciclo	11	18.55	4.32	4.11	.010*	1º e 2º ciclo > Ensino sup.
	3º ciclo	11	17.27	5.68			
	secundário	26	15.27	4.73			
	ensino superior	14	12.71	2.59			
História 2	1º e 2º ciclo	11	18.00	3.29	1.19	.321	-
	3º ciclo	11	16.64	4.65			
	secundário	26	16.58	4.67			
	ensino superior	14	14.71	4.45			
História 3	1º e 2º ciclo	11	21.27	3.41	1.84	.149	-
	3º ciclo	11	17.55	4.41			
	secundário	26	18.69	5.56			

	ensino superior	14	16.57	5.97			
Total Histórias	1º e 2º ciclo	11	57.82	10.03			
	3º ciclo	11	51.45	13.62	2.56	.064	-
	secundário	26	50.54	13.16			
	ensino superior	14	44.00	11.82			
Tot. Fac. Origem	1º e 2º ciclo	11	37.36	7.22			
	3º ciclo	11	40.09	7.46	0.37	.773	-
	secundário	26	37.96	6.47			
	ensino superior	14	38.21	5.31			
Tot. Fac. Manutenção	1º e 2º ciclo	11	46.73	2.97			
	3º ciclo	11	48.82	5.67	0.36	.782	-
	secundário	26	47.12	6.13			
	ensino superior	14	47.57	4.26			
Tot. Fac. Resolução	1º e 2º ciclo	11	52.00	6.21			
	3º ciclo	11	53.00	5.87	0.07	.976	-
	secundário	26	52.15	6.13			
	ensino superior	14	52.00	6.41			
Total ECAS	1º e 2º ciclo	11	34.82	8.61			
	3º ciclo	11	30.45	9.40	1.04	.382	-
	secundário	26	30.23	8.36			
	ensino superior	14	29.21	7.67			
ECAS F1	1º e 2º ciclo	11	11.73	3.44			
	3º ciclo	11	9.64	3.72	1.42	.245	-
	secundário	26	9.65	3.17			
	ensino superior	14	9.29	2.67			
ECAS F2	1º e 2º ciclo	11	12.18	3.06			
	3º ciclo	11	11.36	3.38	0.14	.936	-
	secundário	26	11.73	3.29			
	ensino superior	14	11.57	2.50			

ECAS F3	1º e 2º ciclo	11	10.91	3.08	1.50	.223	-
	3º ciclo	11	9.45	3.53			
	secundário	26	8.85	3.02			
	ensino	14	8.43	3.08			
	superior						

* $p < .05$

Tabela 32.

Resultados ANOVAs para a variável nível sócio-económico

Variável	Categorização	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	Bonferroni
NSE		(2,121)					
História 1	baixo	44	16.80	4.71	4.26	.016*	NSE baixo > NSE médio
	médio	64	14.28	3.88			
	elevado	16	15.88	5.80			
História 2	baixo	44	16.02	3.71	0.07	.935	-
	médio	64	15.77	4.63			
	elevado	16	15.63	4.80			
História 3	baixo	44	18.20	4.67	0.08	.928	-
	médio	64	17.88	5.07			
	elevado	16	17.75	5.75			
Total Histórias	baixo	44	51.02	11.78	0.83	.439	-
	médio	64	47.92	11.87			
	elevado	16	49.25	15.14			
Tot. Fac. Origem	baixo	44	37.70	8.77	0.29	.749	-
	médio	64	36.58	6.67			
	elevado	16	36.81	7.90			
Tot. Fac. Manutenção	baixo	44	48.05	6.35	0.06	.939	-
	médio	64	47.70	5.00			
	elevado	16	47.63	4.24			
Tot. Fac. Resolução	baixo	44	52.43	5.78	01.81	.169	-
	médio	64	53.28	5.56			
	elevado	16	50.31	5.50			
Total ECAS	baixo	44	29.30	7.12	0.22	.804	-
	médio	64	28.97	7.63			
	elevado	16	30.38	8.87			

ECAS F1	baixo	44	9.18	2.88	0.28	.754	-
	médio	64	9.38	2.80			
	elevado	16	9.81	3.17			
ECAS F2	baixo	44	11.02	2.49	1.30	.285	-
	médio	64	11.00	3.00			
	elevado	16	12.25	3.28			
ECAS F3	baixo	44	9.09	2.71	0.57	.566	-
	médio	64	8.59	2.94			
	elevado	16	8.31	3.32			

* $p < .05$

Tabela 33.

Resultados ANOVAs para a variável número de filhos

Variável	Nº Filhos	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i> (3,120)	<i>P</i>
História 1	1	61	15.41	4.65	0.78	.498
	2	52	15.75	4.74		
	3	10	13.60	2.95		
	4	1	12.00	.		
História 2	1	61	15.98	4.48	0.66	.577
	2	52	15.87	4.29		
	3	10	15.40	3.50		
	4	1	10.00	.		
História 3	1	61	18.18	5.19	0.64	.594
	2	52	18.13	5.04		
	3	10	16.30	3.30		
	4	1	14.00	.		
Total Histórias	1	61	49.57	12.63	0.77	.512
	2	52	49.75	12.57		
	3	10	45.30	7.89		
	4	1	36.00	.		
Tot. Fac. Origem	1	61	36.41	7.58	0.38	.768
	2	52	37.87	7.95		
	3	10	36.20	6.25		
	4	1	37.00	.		

	1	61	47.90	5.02		
	2	52	47.60	6.00		
Tot. Fac.	3	10	48.20	5.01	0.10	.958
Manutenção	4	1	50.00	.		
	1	61	52.20	6.15		
	2	52	53.02	5.40		
Tot. Fac.	3	10	52.00	3.43	0.97	.412
Resolução	4	1	61.00	.		
	1	61	30.43	7.88		
	2	52	28.13	7.54		
Total ECAS	3	10	29.10	4.41	1.50	.219
	4	1	19.00	.		
	1	61	9.64	2.98		
	2	52	9.08	2.87		
ECAS F1	3	10	9.50	1.90	.83	.481
	4	1	6.00	.		
	1	61	11.66	2.96		
	2	52	10.52	2.71		
ECAS F2	3	10	11.90	2.73	2.15	.098
	4	1	8.00	.		
	1	61	9.15	2.98		
	2	52	8.52	2.93		
ECAS F3	3	10	7.70	1.83	1.50	.218
	4	1	5.00	.		

Tabela 34.

Resultados ANOVAs para a variável média da idade dos filhos

Variável	Nº Filhos	n	M	DP	F (3,120)	P	Bonferroni
	0-3	28	15.43	3.72			
	4-6	25	16.80	6.44			
História 1	7-15	51	14.47	3.79	1.57	.201	-
	16-23	20	15.85	4.53			

História 2	0-3	28	16.50	5.10	0.83	.480	-
	4-6	25	16.16	4.60			
	7-15	51	15.12	4.09			
	16-23	20	16.35	3.23			
História 3	0-3	28	18.32	5.42	1.06	.368	-
	4-6	25	18.60	5.68			
	7-15	51	17.06	4.52			
	16-23	20	19.05	4.51			
Total Histórias	0-3	28	50.25	12.86	1.31	.275	-
	4-6	25	51.56	15.53			
	7-15	51	46.65	10.72			
	16-23	20	51.25	10.13			
Tot. Fac. Origem	0-3	28	36.93	7.26	2.07	.108	-
	4-6	25	34.00	8.88			
	7-15	51	37.65	7.20			
	16-23	20	39.25	6.59			
Tot. Fac. Manutenção	0-3	28	47,21	4.87	0.61	.608	-
	4-6	25	47.12	7.79			
	7-15	51	48.59	4.70			
	16-23	20	47.55	4.16			
Tot. Fac. Resolução	0-3	28	51.36	5.76	0.67	.575	-
	4-6	25	52.48	6.17			
	7-15	51	53.22	5.85			
	16-23	20	52.90	4.41			
Total ECAS	0-3	28	32.71	7.80	3.26	.024*	0-3 > 7-15
	4-6	25	29.84	9.28			
	7-15	51	27.39	6.62			
	16-23	20	28.50	5.52			
ECAS F1		28	10.43	3.46	2.55	.059	-
	0-3						
	4-6	25	9.72	3.42			
	7-15	51	8.07	2.19			
	16-23	20	9.20	2.33			

ECAS F2	0-3	28	12.89	2.86	4.92	.003**	0-3 > 7-15 0-3 > 16-23	
	4-6	25	11.00	3.22				
	7-15	51	10.51	2.61				
	16-23	20	10.65	2.25				
ECAS F3	0-3	28	9.39	2.86	1.18	.320	-	
	4-6	25	9.12	3.32				
	7-15	51	8.22	3.00				
	16-23	20	8.65	1.93				

*p < .05

**p < .01

Tabela 35.

Resultados ANOVAs para a variável média da idade dos filhos (sexo feminino)

Variável	Nº Filhos	n	M	DP	F (3,58)	P	Bonferroni
História 1	0-3	12	15.25	3.08	0.28	.840	-
	4-6	13	15.85	6.31			
	7-15	30	14.63	4.22			
	16-23	7	15.71	2.93			
História 2	0-3	12	15.08	4.25	0.06	.981	-
	4-6	13	15.69	4.31			
	7-15	30	15.17	4.47			
	16-23	7	15.14	2.91			
História 3	0-3	12	17.75	4.58	0.40	.755	-
	4-6	13	18.31	5.07			
	7-15	30	16.83	4.61			
	16-23	7	18.29	4.99			
Total Histórias	0-3	12	48.08	10.17	0.26	.853	-
	4-6	13	49.85	13.83			
	7-15	30	46.63	11.81			
	16-23	7	49.14	9.41			
Tot. Fac. Origem	0-3	12	35.58	8.12	2.86	.045*	16-23 > 4-6
	4-6	13	31.92	9.89			
	7-15	30	35.73	7.88			
	16-23	7	43.00	3.74			

	0-3	12	48.67	3.60			
	4-6	13	46.85	9.26			
Tot. Fac.	7-15	30	48.33	4.87	0.33	.801	-
Manutenção	16-23	7	49.14	3.24			
	0-3	12	52.50	4.60			
	4-6	13	52.92	6.61			
Tot. Fac.	7-15	30	52.70	5.57	0.34	.797	-
Resolução	16-23	7	54.86	2.67			
	0-3	12	28.67	5.53			
	4-6	13	29.31	8.36			
Total ECAS	7-15	30	26.93	5.92	0.67	.576	-
	16-23	7	26.14	4.30			
	0-3	12	9.08	2.58			
	4-6	13	9.77	2.71			
ECAS F1	7-15	30	8.40	1.99	1.36	.265	-
	16-23	7	8.14	1.95			
	0-3	12	12.00	2.66			
	4-6	13	11.00	3.08			
ECAS F2	7-15	30	10.23	2.32	2.15	.104	-
	16-23	7	9.29	2.61			
	0-3	12	7.58	1.73			
	4-6	13	8.54	3.02			
ECAS F3	7-15	30	8.27	2.80	0.40	.754	-
	16-23	7	8.71	1.50			

*p < .05

Tabela 36.

Resultados ANOVAs para a variável média da idade dos filhos (sexo masculino)

Variável	Nº Filhos	n	M	DP	F (3,58)	P	Bonferroni
História 1	0-3	16	15.56	4.23	1.49	.227	-
	4-6	12	17.83	6.70			
	7-15	21	14.24	3.16			
	16-23	13	15.92	5.31			
História 2	0-3	16	17.56	5.55	1.12	.348	-
	4-6	12	16.67	5.03			
	7-15	21	15.05	3.58			
	16-23	13	17.00	3.32			
História 3	0-3	16	18.75	6.09	0.48	.695	-
	4-6	12	18.92	6.49			
	7-15	21	17.38	4.49			
	16-23	13	19.46	4.39			
Total Histórias	0-3	16	51.88	14.67	0.97	.413	-
	4-6	12	53.42	17.61			
	7-15	21	46.67	9.22			
	16-23	13	52.38	10.69			
Tot. Fac. Origem	0-3	16	37.94	6.64	1.29	.288	-
	4-6	12	36.25	7.41			
	7-15	21	40.38	5.12			
	16-23	13	37.23	7.01			
Tot. Fac. Manutenção	0-3	16	50.50	6.50	1.05	.378	-
	4-6	12	52.00	5.91			
	7-15	21	53.95	6.31			
	16-23	13	51.85	4.88			
Tot. Fac. Resolução	0-3	16	50.50	6.50	1.04	.382	-
	4-6	12	52.00	5.91			
	7-15	21	53.95	6.31			
	16-23	13	51.85	4.88			

Total ECAS	0-3	16	35.75	8.18	2.89	.043*	0-3 > 7-15
	4-6	12	30.42	10.54			
	7-15	21	28.05	7.62			
	16-23	13	29.77	5.83			
ECAS F1	0-3	16	11.44	3.76	1.76	.165	-
	4-6	12	9.67	4.19			
	7-15	21	9.05	2.44			
	16-23	13	9.77	2.39			
ECAS F2	0-3	16	13.56	2.90	3.00	.038	0-3 > 7-15
	4-6	12	11.00	3.52			
	7-15	21	10.90	3.00			
	16-23	13	11.38	1.98			
ECAS F3	0-3	16	10.75	2.82	2.48	.070	-
	4-6	12	9.75	3.65			
	7-15	21	8.14	3.34			
	16-23	13	8.62	2.18			

*p < .05

Tabela 37.

Resultados ANOVAs para a variável área de residência

Variável	Área de Residência	n	M	DP	F (2,121)	p	Bonferroni
História 1	APU	62	15.52	4.43	0.34	.711	-
	AMU	20	14.60	4.15			
	APR	42	15.55	5.02			
História 2	APU	62	16.15	4.68	0.78	.454	-
	AMU	20	14.75	3.89			
	APR	42	15.90	3.95			
História 3	APU	62	18.31	5.00	1.28	.283	-
	AMU	20	16.35	4.69			
	APR	42	18.26	5.07			
Total Histórias	APU	62	49.97	12.95	0.97	.382	-
	AMU	20	45.70	10.76			

	APR	42	49.71	11.91			
Tot. Fac. Origem	APU	62	36.02	8.07	3.77	.026*	APR > AMU APR > APU
	AMU	20	34.85	8.22			
	APR	42	39.50	5.87			
Tot. Fac. Manutenção	APU	62	47.81	4.99	0.11	.894	-
	AMU	20	47.35	8.09			
	APR	42	48.05	4.47			
Tot. Fac. Resolução	APU	62	52.53	5.50	0.99	.375	-
	AMU	20	51.20	6.25			
	APR	42	53.36	5.63			
Total ECAS	APU	62	29.26	7.78	0.05	.955	-
	AMU	20	28.85	7.85			
	APR	42	29.48	7.31			
ECAS F1	APU	62	9.32	3.01	0.01	.921	-
	AMU	20	9.45	2.59			
	APR	42	9.38	2.82			
ECAS F2	APU	62	11.21	3.03	0.51	.472	-
	AMU	20	10.60	2.74			
	APR	42	11.38	2.73			
ECAS F3	APU	62	8.73	2.84	0.01	.994	-
	AMU	20	8.80	3.25			
	APR	42	8.71	2.89			

* $p < .05$

Nota. APU = Área Predominantemente Urbana; AMU = Área Moderadamente Urbana; APR = Área Predominantemente Rural.

Anexo F – Estatísticas descritivas: itens dos instrumentos de avaliação utilizados

Tabela 38

Estatísticas descritivas dos itens que compõem o QCASC – História 1

Item	N	Min-Máx.	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Curtose
Item 1	124	1-4	1.49	0.64	1.33	2.25
Item 2	124	1-4	1.60	0.66	0.66	-0.59
Item 3	124	1-4	1.65	0.79	1.23	1.26
Item 4	124	1-4	1.36	0.53	1.07	0.08
Item 5	124	1-4	1.51	0.58	0.61	-0.59
Item 6	124	1-4	1.68	0.65	0.61	0.29
Item 7	124	1-4	1.54	0.72	1.08	0.31
Item 8	124	1-4	1.42	0.65	1.65	2.92
Item 9	124	1-4	1.60	0.66	0.81	0.35
Item 10	124	1-4	1.53	0.62	0.72	-0.44
Total	124	10-40	15.38	4.58	0.95	1.17

Tabela 39

Estatísticas descritivas dos itens que compõem o QCASC – História 2

Item	N	Min-Máx.	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Curtose
Item 1	124	1-4	1.56	0.60	0.57	-0.58
Item 2	124	1-4	1.68	0.63	0.38	-0.66
Item 3	124	1-4	1.68	0.69	0.68	-0.08
Item 4	124	1-4	1.66	0.60	0.28	-0.64
Item 5	124	1-4	1.59	0.64	0.62	-0.57
Item 6	124	1-4	1.85	0.76	0.49	-0.37
Item 7	124	1-4	1.62	0.59	0.35	-0.68
Item 8	124	1-4	1.35	0.53	1.11	0.19
Item 9	124	1-4	1.27	0.51	1.78	2.39
Item 10	124	1-4	1.51	0.66	0.93	-0.24
Total	124	10-40	15.84	4.32	0.32	-0.70

Tabela 40.

Estatísticas descritivas dos itens que compõem o QCASC – História 3

Item	N	Min-Máx.	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Curtose
Item 1	124	1-4	1.69	0.71	0.82	0.40
Item 2	124	1-4	1.94	0.77	0.43	-0.31
Item 3	124	1-4	1.95	0.73	0.46	0.07
Item 4	124	1-4	1.85	0.71	0.65	0.59
Item 5	124	1-4	1.62	0.63	0.71	0.50
Item 6	124	1-4	1.77	0.72	0.65	0.10
Item 7	124	1-4	1.88	0.62	0.08	-0.41
Item 8	124	1-4	2.16	0.73	-0.13	-0.81
Item 9	124	1-4	1.68	0.69	0.68	-0.08
Item 10	124	1-4	1.44	0.55	0.69	-0.66
Total	124	10-40	17.98	4.99	0.01	-0.88

Tabela 41.

Estatísticas descritivas dos itens que compõem o grupo factores causa/origem do QCSA-FMR

Item	N	Min-Máx.	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Curtose
Item 1	124	1-4	2.48	0.83	-0.14	-0.54
Item 2	124	1-4	2.44	0.71	-0.07	-0.25
Item 3	124	1-4	1.96	0.86	0.47	-0.63
Item 4	124	1-4	2.42	0.93	-0.01	-0.86
Item 5	124	1-4	2.29	0.92	-0.10	-1.06
Item 6	124	1-4	1.91	0.73	0.14	-1.11
Item 7	124	1-4	2.07	0.84	0.28	-0.68
Item 8	124	1-4	2.16	0.76	-0.05	-0.79
Item 9	124	1-4	1.86	0.69	0.19	-0.88
Item 10	124	1-4	2.64	0.79	-0.46	-0.13
Item 11	124	1-4	2.41	0.72	-0.67	-0.59
Item 12	124	1-4	2.71	0.78	-0.57	0.10
Item 13	124	1-4	2.52	0.70	-0.41	-0.16
Item 14	124	1-4	2.20	0.78	0.06	-0.57
Item 15	124	1-4	2.66	0.91	-0.39	-0.58

Item 16	124	1-4	2.27	0.78	0.00	-0.54
Total	124	16-64	37.01	7.59	-0.69	0.15

Tabela 42

Estatísticas descritivas dos itens que compõem o grupo factores de manutenção do QCSA-FMR

Item	N	Min-Máx.	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Curtose
Item 1	124	1-4	3.46	0.62	-1.11	2.24
Item 2	124	1-4	3.01	0.73	-0.40	0.03
Item 3	124	1-4	2.58	0.71	-0.43	-0.03
Item 4	124	1-4	2.88	0.63	-0.68	1.44
Item 5	124	1-4	2.98	0.70	-0.54	0.63
Item 6	124	1-4	3.03	0.65	-0.76	1.87
Item 7	124	1-4	3.34	0.65	-0.65	0.29
Item 8	124	1-4	3.03	0.72	-0.18	-0.65
Item 9	124	1-4	3.39	0.55	-0.43	1.07
Item 10	124	1-4	2.74	0.65	-0.78	0.98
Item 11	124	1-4	2.61	0.62	-0.54	0.15
Item 12	124	1-4	2.74	0.74	-0.51	0.25
Item 13	124	1-4	2.89	0.67	-0.88	1.71
Item 14	124	1-4	3.01	0.62	-0.43	1.10
Item 15	124	1-4	2.86	0.68	-0.30	0.24
Item 16	124	1-4	3.27	0.63	-0.47	0.40
Total	124	16-64	47.81	5.40	-0.60	3.83

Tabela 43.

Estatísticas descritivas dos itens que compõem o grupo factores de resolução do QCSA-FMR

Item	N	Min-Máx.	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Curtose
Item 1	124	1-4	3.29	0.60	-0.20	-0.56
Item 2	124	1-4	3.49	0.55	-0.42	-0.95
Item 3	124	1-4	3.63	0.50	-0.74	-0.99
Item 4	124	1-4	3.44	0.56	-0.31	-0.89
Item 5	124	1-4	2.44	0.85	0.22	-0.53
Item 6	124	1-4	3.53	0.59	-1.09	1.49

Item 7	124	1-4	3.68	0.59	-2.16	5.68
Item 8	124	1-4	3.13	0.73	-0.33	-0.65
Item 9	124	1-4	3.53	0.59	-1.09	1.49
Item 10	124	1-4	3.36	0.62	-0.63	0.59
Item 11	124	1-4	2.73	0.79	-0.10	-0.46
Item 12	124	1-4	3.01	0.76	-0.47	-0.01
Item 13	124	1-4	3.08	0.76	-0.48	-0.19
Item 14	124	1-4	3.15	0.79	-0.56	-0.36
Item 15	124	1-4	3.41	0.61	-0.52	-0.61
Item 16	124	1-4	3.69	0.57	-1.99	4.27
Total	124	16-64	52.60	5.67	-0.30	-0.57

Tabela 44.

Estatísticas descritivas dos itens que compõem a ECAS

Item	N	Min-Máx.	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Curtose
Item 1	124	1-5	1.87	0.78	1.08	2.12
Item 2	124	1-5	1.55	0.62	1.51	6.33
Item 3	124	1-5	1.73	0.73	0.97	1.15
Item 4	124	1-5	1.81	0.61	0.34	0.62
Item 5	124	1-5	1.73	0.78	1.15	1.42
Item 6	124	1-5	2.02	0.86	0.68	0.03
Item 7	124	1-5	1.53	0.67	1.71	5.65
Item 8	124	1-5	1.99	0.73	0.40	0.03
Item 9	124	1-5	1.85	0.82	0.84	0.36
Item 10	124	1-5	1.73	0.84	1.23	1.61
Item 11	124	1-5	1.68	0.66	0.63	0.19
Item 12	124	1-5	1.77	0.71	0.79	0.80
Item 13	124	1-5	1.90	0.68	0.44	0.33
Item 14	124	1-5	1.40	0.60	1.71	4.13
Item 15	124	1-5	1.47	0.62	1.39	2.84
Item 16	124	1-5	1.85	0.61	0.30	0.62
Item 17	124	1-5	1.40	0.66	2.25	7.58
Total	124	17-85	29.27	7.57	0.60	0.37
Factor 1	124	6-30	9.36	2.86	1.12	1.74
Factor 2	124	6-30	11.17	2.88	0.29	-0.14
Factor 3	124	5-25	8.73	2.90	0.66	0.11

Anexo G – Instrumentos de avaliação utilizados